

FACULDADE DE TECNOLOGIA PADRE DANILO JOSÉ DE OLIVEIRA OHL
FATEC BARUERI CURSO DE GESTÃO DE EVENTOS

CLARA CRISTIANO GENSE
MELISSA SANTANA DA SILVA

Inclusão de Crianças Neurodivergentes em Eventos Infantis: Barreiras,
Possibilidades e Estratégias de Acessibilidade

Barueri, SP

2026

FACULDADE DE TECNOLOGIA PADRE DANILO JOSÉ DE OLIVEIRA OHL
FATEC BARUERI

CURSO DE GESTÃO DE EVENTOS

Inclusão de Crianças Neurodivergentes em Eventos Infantis: Barreiras,
Possibilidades e Estratégias de Acessibilidade

(Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Tecnologia de Barueri como requisito (parcial) para Obtenção do título de tecnólogo em Gestão de Eventos. Orientador(a) Paula Valéria Chaves Pereira Correia Coorientador (a) Maria Carolina Muniz e Silva de Brito

Barueri, SP

2026

AUTORAS Clara Gense Cristiano e Melissa Santana da Silva. Monografia Inclusão de Crianças Neurodivergentes em Eventos Infantis: Barreiras, Possibilidades e Estratégias de Acessibilidade, apresentada(o) à Faculdade de Tecnologia Padre Danilo José de Oliveira Ohl – Fatec Barueri – para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Eventos.

Barueri _____ de Junho, de 2026

Banca Examinadora

Me. Paula Valéria Chaves Pereira Correia
(Orientadora)

Dr. Maria Carolina de Muniz e Silva de Brito
(Coorientadora)

Fernanda Castilho Santana
(Avaliadora)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, às nossas orientadoras, pelo tempo dedicado, pela disponibilidade, pela paciência e por todo o acompanhamento ao longo desta jornada acadêmica. Suas orientações e contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento, aprimoramento e conclusão deste trabalho.

Estendemos nossa gratidão aos profissionais que contribuíram para a construção deste projeto, especialmente pela disponibilidade em compartilhar conhecimentos, experiências e reflexões que enriqueceram significativamente a pesquisa.

Agradecemos também aos nossos familiares e companheiros, pelo apoio incondicional, pela compreensão, pelo incentivo constante e pela paciência demonstrada durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Aos nossos amigos, deixamos nosso sincero agradecimento pelo companheirismo, pelas palavras de incentivo e por estarem presentes nos momentos de desafio, tornando esta caminhada mais leve e significativa.

Por fim, agradecemos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja por meio de apoio emocional, incentivo, orientação ou inspiração. Cada contribuição foi essencial para que este projeto se tornasse realidade.

RESUMO

Este trabalho analisa a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, destacando a importância da acessibilidade sensorial, emocional e social para garantir sua participação e bem-estar. Por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada com responsáveis por crianças neurodivergentes e uma profissional da psicologia, buscou-se compreender os desafios e as percepções relacionados à inclusão nesses espaços. Os resultados evidenciaram a existência de barreiras associadas à falta de preparo dos ambientes e dos profissionais, apontando a necessidade de adaptações estruturais, organizacionais e sensoriais. Conclui-se que a inclusão efetiva requer planejamento, capacitação e atenção às necessidades individuais, promovendo não apenas o acesso, mas também a participação plena e o sentimento de pertencimento das crianças neurodivergentes em eventos infantis.

Palavras-chave: eventos infantis; neurodivergência; inclusão; acessibilidade.

ABSTRACT

This study analyzes the inclusion of neurodivergent children in social and children's events, highlighting the importance of sensory, emotional, and social accessibility to ensure their participation and well-being. Through a qualitative, exploratory, and descriptive research approach, conducted with parents or guardians of neurodivergent children and a psychology professional, the study sought to understand the challenges and perceptions related to inclusion in these spaces. The results revealed the existence of barriers associated with the lack of preparedness of environments and professionals, indicating the need for structural, organizational, and sensory adaptations. It is concluded that effective inclusion requires planning, professional training, and attention to individual needs, promoting not only access but also the full participation and sense of belonging of neurodivergent children in children's events.

Keywords: children's events; neurodiversity; inclusion; accessibility.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Objetivos Específicos.....	9
1.2 Justificativa.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Conceito de Eventos.....	10
2.2 Eventos Infantis.....	11
3 TRANSTORNOS DE NEURODESENVOLVIMENTO.....	12
3.2 Transtornos da Comunicação.....	13
3.3 Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC).....	14
3.4 Síndrome de Tourette.....	15
3.5 Síndrome de Down.....	16
3.7 Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	17
3.7.1 Níveis de Suporte do Transtorno do Espectro Autista.....	18
3.7.2 Legislação de Proteção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.....	20
4. METODOLOGIA.....	22
4.1 Procedimentos de Coleta de Dados da Entrevista.....	24
5. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	25
5.1 Sugestões de melhorias para a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos infantis (Bloco A).....	41
5.2 Sugestões de melhorias para a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos infantis (Bloco B).....	52
5.3 Contribuições da entrevista com a psicóloga para a compreensão da inclusão de crianças neurodivergentes em eventos infantis.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO – INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES EM EVENTOS SOCIAIS E INFANTIS.....	62
APÊNDICE 2 - ENTREVISTA COM A PROFISSIONAL DA ÁREA.....	68
Tema: Inclusão de Crianças Neurodivergentes em Eventos Sociais e Infantis.....	68

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Alencar, Barbosa e Gomes (2021), eventos são ocasiões planejadas e organizadas para reunir pessoas em atividades de lazer, socialização, aprendizado ou entretenimento. A inclusão em eventos envolve não apenas permitir o acesso físico, mas também oferecer condições sensoriais e estruturais que possibilitem a participação plena de pessoas com diferentes formas de funcionamento neurológico. Entre as adaptações recomendadas estão a criação de áreas reservadas e silenciosas, a disponibilização de fones de ouvido para reduzir ruídos, e recursos para lidar com estímulos visuais intensos, como óculos de proteção. Essas medidas ajudam a reduzir sobrecargas sensoriais e promovem maior conforto, segurança e participação significativa durante o evento.

A inclusão exige que os espaços e atividades considerem as diferentes formas de interação e resposta ao ambiente. Singer (1999, apud Alencar; Barbosa; Gomes, 2021) reforça que adaptar o ambiente e as atividades deve ser um procedimento intencional, com o objetivo de tornar as experiências de lazer, socialização e aprendizado acessíveis a todos. Nesse sentido, os espaços inclusivos, ambientes planejados para acolher a diversidade sensorial e cognitiva, são fundamentais para transformar eventos em momentos significativos e acessíveis.

Nos eventos infantis, a criação de espaços inclusivos é ainda mais essencial, pois crianças neurodivergentes podem apresentar sensibilidades específicas ao som, à luz e à interação social. Estudos apontam que práticas recreativas inclusivas promovem impactos positivos no desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças. Além disso, ambientes planejados favorecem a participação, o senso de pertencimento e a compreensão das diferenças entre os indivíduos (Sasaki, 2003; Marcellino, 2007).

Neurodivergência refere-se às diferenças naturais no funcionamento do cérebro, que resultam em formas distintas de perceber, pensar e interagir com o mundo, como ocorre em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou TDAH. Essas diferenças não são falhas ou problemas a serem “corrigidos”, mas variações legítimas da diversidade humana, que exigem respeito e compreensão no planejamento de práticas sociais e culturais (Singer, 1999, apud Alencar; Barbosa; Gomes, 2021, p. 4). Compreender e valorizar a neurodiversidade significa oferecer condições de participação mais justas e acolhedoras, considerando as necessidades sensoriais, emocionais e cognitivas dos participantes.

Portanto, eventos infantis planejados com foco na inclusão e na criação de espaços adequados às necessidades sensoriais e sociais de todos os participantes garantem que as experiências de lazer, socialização e aprendizado sejam acessíveis e enriquecedoras. Esses ambientes respeitam as diferenças individuais e promovem empatia, interação positiva e participação plena para todas as crianças, independentemente de suas capacidades.

Diante desse contexto, surge a seguinte problemática: como inserir crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis de forma inclusiva?

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral identificar formas de promover a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, analisando práticas inclusivas e adaptações que possam contribuir para ambientes mais acessíveis e acolhedores.

1.1 Objetivos Específicos

Compreender as neurodivergências e como elas influenciam o comportamento infantil;

Identificar práticas de inclusão voltadas para o público infantil em eventos;

Planejar formas de inclusão para crianças neurodivergentes em eventos;

Verificar como essas práticas podem ser aplicadas na organização de eventos sociais e infantis.

1.2 Justificativa

A inclusão de crianças neurodivergentes em eventos ainda é um desafio, principalmente porque muitos ambientes não estão preparados para atender às necessidades desse público. Em festas infantis, por exemplo, é comum ter música alta, luzes fortes e muitas pessoas, o que pode causar desconforto e até crises em algumas crianças.

Por isso, é importante estudar esse tema e buscar formas de melhorar a inclusão nesses espaços. Segundo Martins (2023), entender como as crianças neurodivergentes se desenvolvem é essencial para criar práticas mais inclusivas.

Além disso, Oliveira e Ramos (2025), mostram que a inclusão pode ser aplicada em diferentes ambientes, não só na escola, mas também em espaços sociais, como eventos.

Dessa forma, este trabalho é importante porque pode ajudar tanto na área acadêmica quanto no mercado de eventos, trazendo ideias que podem melhorar a inclusão e tornar os eventos mais acessíveis para todas as crianças.

Embora o estudo aborda o conceito de neurodivergência de forma geral, o foco principal será o Transtorno do Espectro Autista (TEA), utilizando as demais neurodivergências apenas para contextualização do tema. Essa delimitação ocorre porque o autismo apresenta características que podem impactar diretamente a participação da criança em eventos sociais e infantis, principalmente em relação às questões sensoriais, sociais e comportamentais. Além disso, outras neurodivergências também podem influenciar o convívio social e a realização de atividades, porém o presente trabalho dará maior ênfase ao TEA, buscando compreender de forma mais aprofundada as necessidades de inclusão desse público em eventos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Eventos

Os eventos podem ser compreendidos como práticas sociais que acompanham o desenvolvimento da civilização humana, assumindo diferentes formas ao longo do tempo conforme as transformações históricas, culturais e sociais de cada período (Matias, 2013). Dessa maneira, deixam de ser vistos apenas como acontecimentos pontuais e passam a ser entendidos como ações planejadas, com intencionalidade e objetivos bem definidos.

Nessa perspectiva, Zitta (2014, p. 23) destaca o aspecto coletivo dos eventos ao defini-los como:

[...] um acontecimento onde se reúnem diversas pessoas com os mesmos objetivos e propósitos sobre uma atividade, tema ou assunto. Podemos considerar evento também como reunião, onde pessoas vão discutir interesses comuns.

Já Britto e Fontes (2006) ampliam essa compreensão ao apresentarem uma visão mais técnica e voltada à prática profissional, entendendo o evento como uma atividade que envolve pesquisa, planejamento, organização, coordenação e controle, com foco em atingir um público específico e alcançar resultados previamente estabelecidos.

Dessa forma, percebe-se que a organização de eventos não ocorre de maneira espontânea, mas segue um processo estruturado, composto por etapas interligadas.

De acordo com (Matias, 2010), a concepção é a fase em que a ideia do evento é definida e são levantados seus objetivos e recursos iniciais. Em seguida, o pré-evento envolve o planejamento, com definição de público, local, data, programação, logística e organização geral. Já o trans-evento é a execução, quando tudo o que foi planejado é colocado em prática. O pós-evento corresponde à avaliação, momento em que os resultados são analisados e comparados com o que foi planejado.

Assim, essas etapas garantem que o evento seja organizado, executado e avaliado de forma adequada (Matias, 2013; Britto; Fontes, 2006).

Dentro desse contexto, os eventos podem ser classificados de acordo com sua finalidade, público e objetivos, evidenciando a diversidade de práticas na área de Eventos (Matias, 2013; Britto; Fontes, 2006). Assim, os eventos sociais envolvem convivência e celebração, como aniversários, casamentos, formaturas e confraternizações, com foco nas relações sociais. Os eventos corporativos estão ligados ao ambiente organizacional, com objetivos como capacitação, networking e divulgação de marcas, incluindo congressos, feiras e workshops. Já os eventos culturais valorizam a arte e a cultura, como festivais e exposições, enquanto os esportivos envolvem competições e práticas esportivas, promovendo lazer e

integração social. Os eventos acadêmicos ou científicos têm como foco a produção e disseminação do conhecimento, como congressos e simpósios, e os eventos religiosos estão relacionados à fé e espiritualidade, como missas e cultos. Por fim, há também eventos sociais corporativos, que combinam aspectos sociais e empresariais, como coquetéis e premiações.

2.2 Eventos Infantis

Nos eventos infantis, compreendidos como atividades planejadas que visam proporcionar experiências de lazer, interação e socialização, o brincar assume papel central na construção dessas vivências. Nesse contexto, a organização dessas atividades deve considerar não apenas o entretenimento, mas também as possibilidades de desenvolvimento que o ambiente pode oferecer às crianças. A brincadeira permite que a criança atue além de seu nível de desenvolvimento real, aproximando-se de seu potencial, ao vivenciar situações imaginárias e assumir diferentes papéis sociais. (Vygotsky, 1989). Assim, o brincar pode ser compreendido como um elemento fundamental para a infância, pois possibilita a expressão da criatividade, o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e das relações sociais, contribuindo para que os eventos infantis sejam espaços que favoreçam tanto a diversão quanto a aprendizagem.

Nesse sentido, os eventos infantis podem ser compreendidos como espaços educativos e sociais, nos quais o brincar se torna uma ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento, ultrapassando a ideia de mera recreação (Kishimoto, 2011).

Além disso, durante as atividades lúdicas propostas nesses eventos, a criança entra em contato com regras, desenvolve a capacidade de interação com outras crianças e adultos, e amplia sua compreensão do meio social. Essas experiências favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, uma vez que estimulam a criatividade, a comunicação e a autonomia. Segundo Kishimoto (2011), o brincar na infância está diretamente relacionado à construção de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais, sendo essencial para a formação integral da criança.

Dessa forma, os eventos infantis, quando planejados de maneira estruturada e intencional, configuram-se como espaços que vão além da recreação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral das crianças.

Assim, compreende-se que a organização de eventos infantis exige planejamento pedagógico e social adequado, de modo a garantir experiências significativas que respeitem as diferentes fases do desenvolvimento infantil e promovam a inclusão e participação ativa das crianças.

3 TRANSTORNOS DE NEURODESENVOLVIMENTO

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), aponta que os transtornos do neurodesenvolvimento são condições que se iniciam ainda no período do desenvolvimento humano, geralmente se manifestando na infância e, muitas vezes, antes da fase escolar. Essas condições são caracterizadas por dificuldades no desenvolvimento que afetam diferentes áreas da vida do indivíduo, como o desempenho escolar, as relações sociais e, em alguns casos, a autonomia no dia a dia. Esses prejuízos podem variar em intensidade, indo desde dificuldades mais específicas até alterações mais amplas no funcionamento cognitivo e social.

Em relação às causas, esses transtornos estão frequentemente associados a fatores genéticos, podendo envolver alterações em genes específicos, como em alguns casos de deficiência intelectual. Além disso, fatores ambientais e condições de risco ao longo do desenvolvimento também desempenham papel importante. Em muitos casos, observa-se a interação entre fatores genéticos, biológicos, sociais e ambientais, como o uso de álcool, tabaco ou outras substâncias durante a gestação, além de condições como prematuridade, baixo peso ao nascer e vulnerabilidade socioeconômica (Gorla; Souza; Buratti, 2021).

Os sinais desses transtornos geralmente surgem precocemente, ainda no período gestacional ou na primeira infância, antes da adolescência. De modo geral, essas condições acompanham o desenvolvimento da criança ao longo do tempo e podem impactar principalmente o aprendizado e o desenvolvimento global.

De acordo com o DSM-5, os transtornos do neurodesenvolvimento são divididos em diferentes categorias, incluindo deficiência intelectual, transtornos da comunicação, transtornos específicos da aprendizagem (como dislexia), transtorno do desenvolvimento da coordenação e outros transtornos do neurodesenvolvimento (American Psychiatric Association, 2014). Neste estudo, serão abordados o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, os Transtornos de Linguagem, a Dislexia, a Discalculia e o Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação. Além disso, será incluída a Síndrome de Down, considerada uma condição genética associada ao desenvolvimento e suas possíveis implicações no processo de aprendizagem.

Essas condições podem se manifestar de formas distintas em cada indivíduo, variando desde dificuldades mais globais, como no funcionamento intelectual, até dificuldades mais específicas relacionadas à linguagem, leitura, escrita, raciocínio matemático ou coordenação motora. Essas limitações podem impactar de forma significativa o desempenho escolar, a autonomia nas atividades diárias e o desenvolvimento acadêmico e social. (American Psychiatric Association, 2014).

Assim, os transtornos do neurodesenvolvimento apresentam características e impactos distintos, que podem variar conforme cada indivíduo e seu contexto de desenvolvimento. Nesse sentido, o conhecimento sobre essas condições é importante para favorecer a compreensão das necessidades específicas desse

público, contribuindo para práticas mais humanizadas, inclusivas e voltadas ao desenvolvimento integral.

3.1 Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI)

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), também conhecido como deficiência intelectual, é uma condição caracterizada por dificuldades no funcionamento intelectual e na forma como a pessoa se adapta às situações do dia a dia. Segundo o DSM-5, isso envolve limitações em áreas como raciocínio, resolução de problemas, planejamento, pensamento mais abstrato, julgamento, aprendizado escolar e também aprendizado a partir das experiências. Essas dificuldades acabam impactando diretamente a vida da pessoa, principalmente na autonomia e na independência, dificultando que ela alcance os níveis esperados de responsabilidade social em atividades como comunicação, convivência social, vida escolar ou profissional e cuidados no ambiente familiar e comunitário.(American Psychiatric Association, 2014).

Na prática, o TDI pode aparecer como um ritmo mais lento de aprendizagem, dificuldade para entender instruções mais complexas e necessidade de repetição para fixar conteúdos. Também podem ocorrer dificuldades na linguagem, na resolução de problemas do cotidiano e na interação social. (American Psychiatric Association, 2014).

O nível dessas dificuldades pode variar bastante de pessoa para pessoa, podendo ser leve ou mais intenso, dependendo do grau de suporte necessário para as atividades do dia a dia. O TDI pode ter diferentes causas, e muitas vezes envolve uma combinação de fatores. Em alguns casos, está relacionado a alterações genéticas, como na Síndrome de Down. Também pode estar ligado a fatores durante a gestação, como infecções, uso de álcool ou outras substâncias, parto prematuro ou baixo peso ao nascer. Além disso, fatores ambientais, como falta de estímulos adequados no início da vida, também podem influenciar. Em muitos casos, no entanto, não é possível identificar uma causa única. (American Psychiatric Association, 2014). No dia a dia, essas dificuldades podem afetar a autonomia, como organizar tarefas simples, se comunicar de forma mais independente e tomar decisões. Também podem surgir desafios na convivência social, especialmente na compreensão de regras e interações com outras pessoas.

3.2 Transtornos da Comunicação

Os Transtornos da Comunicação fazem parte dos transtornos do neurodesenvolvimento e envolvem dificuldades na linguagem, na fala e na forma de se comunicar com outras pessoas. Segundo o DSM-5, incluem o Transtorno da Linguagem, o Transtorno dos Sons da Fala, o Transtorno da Comunicação Social e o Transtorno da Fluência (gagueira). Essas dificuldades começam ainda na infância e podem afetar o desenvolvimento da criança. (American Psychiatric Association, 2014).

As características variam conforme o tipo de transtorno. No Transtorno da Linguagem, a criança pode ter dificuldade para entender ou se expressar. No Transtorno dos Sons da Fala, pode haver dificuldade na pronúncia das palavras, o que pode prejudicar a compreensão da fala. (American Psychiatric Association, 2014).

No Transtorno da Comunicação Social, a dificuldade está no uso da linguagem em situações sociais, como conversar e manter uma conversa. Já no Transtorno da Fluência, a fala pode apresentar interrupções, como repetições, bloqueios ou dificuldade em manter um ritmo normal. (American Psychiatric Association, 2014).

Esses transtornos não têm uma causa única. Em geral, estão relacionados ao desenvolvimento do cérebro e podem ter influência genética. Também podem estar ligados a fatores ambientais, como pouca estimulação de linguagem na infância. Na maioria dos casos, há uma combinação de fatores biológicos e ambientais. (American Psychiatric Association, 2014).

Essas dificuldades podem afetar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Ela pode ter dificuldade para entender instruções, se expressar, acompanhar atividades escolares e interagir com outras pessoas. Na escola, isso pode impactar a leitura, a escrita, a participação em atividades e também a autoestima, já que a comunicação é essencial para o aprendizado e para as relações sociais. (Vygotsky, 2007).

Portanto, os Transtornos da Comunicação vão além das dificuldades relacionadas à fala e à linguagem, podendo influenciar diretamente a maneira como a criança compreende o mundo, expressa sentimentos, estabelece vínculos sociais e constrói seu processo de aprendizagem. Considerando que a comunicação é um dos principais instrumentos de interação humana e desenvolvimento cognitivo, limitações nessa área podem gerar impactos emocionais, sociais e acadêmicos significativos ao longo da vida. Nesse sentido, compreender as particularidades desses transtornos é essencial para possibilitar intervenções adequadas, acolhimento e estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral, a participação social e a inclusão desses indivíduos em diferentes contextos.

3.3 Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC)

O Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação faz parte dos transtornos do neurodesenvolvimento e é caracterizado por dificuldades significativas na aquisição e execução de habilidades motoras coordenadas. Segundo o DSM-5, essas dificuldades se manifestam por movimentos desajeitados, lentos ou imprecisos, que não são compatíveis com a idade da criança e interferem diretamente no funcionamento diário. (American Psychiatric Association, 2014).

De forma geral, trata-se de uma condição em que o desenvolvimento das habilidades motoras não ocorre de maneira esperada, afetando tarefas que exigem coordenação do corpo e controle motor. (American Psychiatric Association, 2014).

O TDC está relacionado ao desenvolvimento neurológico, especialmente às áreas do cérebro responsáveis pelo planejamento e execução dos movimentos. Não há uma causa única definida, mas acredita-se que fatores biológicos e do desenvolvimento cerebral estejam envolvidos. (American Psychiatric Association, 2014).

Não se trata de uma condição causada por falta de estímulo ou preguiça, mas sim por diferenças no funcionamento motor e na integração das informações sensoriais e motoras. (American Psychiatric Association, 2014).

O Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação pode afetar tanto o desempenho escolar quanto as atividades do cotidiano. Na escola, a criança pode ter dificuldades para escrever com fluidez, recortar, desenhar e participar de atividades físicas. Essas limitações podem impactar a autonomia, a participação em atividades em grupo e a autoestima, já que a criança pode se sentir diferente ou insegura em relação aos colegas. (Vygotsky, 2007).

Dessa forma, o Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação envolve dificuldades que vão além das limitações motoras, podendo influenciar diretamente a autonomia, o desempenho acadêmico, as relações sociais e o desenvolvimento emocional da criança. As dificuldades na realização de atividades cotidianas e escolares podem gerar sentimentos de frustração, insegurança e baixa autoestima, especialmente quando essas limitações não são compreendidas pelo meio social. Nesse contexto, o reconhecimento das particularidades do TDC e a adoção de estratégias de apoio adequadas são fundamentais para favorecer o desenvolvimento das habilidades motoras, a inclusão e a participação da criança em diferentes ambientes e atividades.

3.4 Síndrome de Tourette

A Síndrome de *Tourette* é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta geralmente na infância. De acordo com o DSM-5 (2014), caracteriza-se pela presença de tiques motores e vocais, que podem ocorrer em momentos diferentes, mas precisam estar presentes ao longo do quadro. Além disso, os sintomas devem persistir por mais de um ano e não podem ser explicados por outras condições médicas ou pelo uso de substâncias.

Os tiques são comportamentos involuntários, rápidos, repetitivos e sem ritmo definido, podendo variar em intensidade ao longo do tempo. Eles podem ser classificados em simples e complexos. Os tiques simples envolvem movimentos ou sons breves e sem finalidade aparente, como piscar os olhos ou emitir pequenos ruídos. Já os tiques complexos são mais elaborados e podem envolver sequências de movimentos ou vocalizações mais estruturadas.

Segundo Gonçalves, Silva e Estevam (2019) a literatura descreve ainda diferentes formas de compreender os tiques, incluindo fatores neurológicos e ambientais. Em alguns casos, os sintomas podem se intensificar em situações de estresse, ansiedade ou fadiga, o que sugere a influência de aspectos emocionais no quadro clínico.

A partir da perspectiva da Análise do Comportamento Aplicada, os tiques podem ser compreendidos como comportamentos que possuem função dentro de um contexto. Essa abordagem considera que o comportamento é influenciado por contingências ambientais, ou seja, pela relação entre antecedente, resposta e consequência. Dessa forma, situações aversivas podem aumentar a frequência dos tiques, o que justifica a utilização de intervenções comportamentais.

3.5 Síndrome de Down

A Síndrome de Down é uma condição genética caracterizada pela presença de um cromossomo 21 extra, sendo denominada trissomia 21. Trata-se de uma alteração cromossômica que interfere diretamente no desenvolvimento físico, cognitivo e adaptativo do indivíduo.

Segundo Souza e Oliveira (2023), essa condição resulta de uma modificação genética que impacta o desenvolvimento global, podendo gerar diferentes níveis de comprometimento ao longo da vida. As autoras destacam que a Síndrome de Down é uma das alterações cromossômicas mais frequentes na população humana.

Do ponto de vista do desenvolvimento, a síndrome está associada a alterações cognitivas e motoras, o que pode influenciar o processo de aprendizagem e a autonomia do indivíduo. No entanto, Souza e Oliveira (2023) ressaltam que, apesar dessas limitações, pessoas com Síndrome de Down podem desenvolver habilidades funcionais, especialmente quando recebem acompanhamento adequado nas áreas da saúde e da educação.

Além disso, Souza e Oliveira (2023) enfatizam a importância do suporte familiar, educacional e social no desenvolvimento das pessoas com a síndrome, uma vez que a estimulação precoce e o acompanhamento multidisciplinar contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida e da inclusão social.

Dessa forma, a Síndrome de Down não deve ser compreendida apenas sob a perspectiva das limitações, mas também a partir das possibilidades de desenvolvimento e participação social, considerando as potencialidades individuais de cada pessoa (Schwartzman, 1999).

Nesse contexto, compreender a Síndrome de Down de forma ampla é fundamental para superar visões limitantes e reconhecer as capacidades, potencialidades e possibilidades de desenvolvimento desses indivíduos. Embora a condição possa apresentar desafios relacionados ao desenvolvimento cognitivo, motor e adaptativo, o acesso ao acompanhamento adequado, à estimulação precoce e a ambientes inclusivos pode favorecer significativamente a autonomia, a aprendizagem e a participação social. Assim, torna-se essencial promover práticas sociais e educacionais que valorizem as individualidades, respeitem as diferenças e contribuam para a inclusão e o desenvolvimento integral das pessoas com Síndrome de Down.

3.6 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento que vai além de comportamentos de agitação ou dificuldade de concentração. Trata-se de uma condição com bases genéticas e biológicas que interfere no funcionamento cerebral, especialmente na maneira como o indivíduo organiza informações, controla impulsos e regula comportamentos (American Psychiatric Association, 2023).

De acordo com Barkley (1997), o TDAH está diretamente relacionado a prejuízos na autorregulação, ou seja, a pessoa muitas vezes sabe o que precisa fazer, porém encontra dificuldades para executar ações de forma adequada. Esse transtorno pode afetar a memória de trabalho, a percepção e organização do tempo, o planejamento de tarefas e a capacidade de manter a atenção, impactando o desempenho escolar, social e cotidiano da criança.

Diante disso, o TDAH pode influenciar significativamente diferentes aspectos da vida da criança, ultrapassando as dificuldades de atenção e hiperatividade frequentemente associadas ao transtorno. As alterações na autorregulação, no controle dos impulsos e na organização das atividades podem impactar o processo de aprendizagem, as relações sociais e o desenvolvimento emocional, especialmente quando não há compreensão adequada sobre a condição. Assim, compreender o TDAH de maneira ampla é fundamental para promover estratégias de apoio, acolhimento e intervenções que favoreçam o desenvolvimento, a autonomia e a inclusão desses indivíduos em diferentes contextos sociais e educacionais.

3.7 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O autismo começou a ser descrito cientificamente na década de 1940, a partir dos estudos de Kanner, em 1943, e posteriormente de Hans Asperger, em 1944, que observaram crianças com características relacionadas à comunicação, interação social e comportamento (MELLO, 2007). Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades (American Psychiatric Association, 2022).

De acordo com Cunha (2019), o TEA não possui uma única causa, sendo compreendido atualmente como uma condição multifatorial. O autor explica que fatores genéticos, neurológicos e ambientais interagem no desenvolvimento cerebral desde a infância. A Organização Mundial da Saúde (2023) complementa essa visão ao afirmar que o autismo deve ser entendido como um espectro, ou seja, uma condição com diferentes níveis de suporte e variadas formas de manifestação entre os indivíduos.

Os sinais do autismo costumam surgir nos primeiros anos de vida e podem ser percebidos por meio de dificuldades no contato visual, atraso ou ausência de

comunicação verbal e gestual, pouca imitação de comportamentos, dificuldades de interação social e presença de movimentos repetitivos. Em alguns casos, essas características podem causar impactos significativos no desenvolvimento infantil, no desempenho escolar e na convivência social, tornando fundamental o diagnóstico precoce e o acompanhamento especializado. (Organização Mundial da Saúde, 2023).

Na perspectiva do desenvolvimento cognitivo, Piaget (1976) afirma que o conhecimento é construído pela criança por meio da interação com o meio, através dos processos de assimilação e acomodação. Para o autor, o desenvolvimento ocorre em etapas e depende das experiências vividas. Aplicando essa ideia ao TEA, pode-se compreender que, segundo Piaget, essas crianças também aprendem, mas podem precisar de estratégias mais concretas, repetição e maior tempo de processamento para consolidar o aprendizado.

Nesse contexto, Vygotsky (2007, p. 20) afirma que, desde os primeiros dias de vida, o desenvolvimento da criança ocorre dentro de um sistema de relações sociais, no qual a interação com outras pessoas exerce papel essencial na construção de aprendizagens e comportamentos. Dessa forma, compreender o autismo também envolve reconhecer a importância do meio social, das relações familiares e dos estímulos oferecidos no processo de desenvolvimento infantil. No caso do TEA, essa teoria reforça, segundo o próprio Vygotsky, a importância da mediação do professor, da família e do uso de estratégias de apoio para favorecer o desenvolvimento da linguagem e da socialização, já que essas interações são fundamentais para ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação da criança no seu contexto social.

3.7.1 Níveis de Suporte do Transtorno do Espectro Autista

Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é compreendido de forma mais ampla pela comunidade científica, considerando diferentes manifestações clínicas e graus de intensidade. Conforme descrito no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, publicado pela American Psychiatric Association, o autismo passou a ser classificado em níveis de suporte, de acordo com a necessidade de apoio apresentada por cada indivíduo.

Essa mudança na classificação representa um avanço importante na compreensão do TEA, pois, como destacam Klin (2006) e Bosa (2002), o transtorno não deve ser analisado apenas pela presença de sintomas, mas pela forma como esses sintomas impactam o funcionamento social, comunicativo e adaptativo do indivíduo no cotidiano.

Além do DSM-5, outros instrumentos também auxiliam na avaliação diagnóstica, como a *Childhood Autism Rating Scale (CARS)*, escala utilizada para identificar características do transtorno e colaborar na definição do nível de suporte, sendo uma escala de avaliação baseada na observação do comportamento da criança, com o objetivo de auxiliar na identificação e classificação da intensidade dos comportamentos apresentados. Conforme destacam Faria e Borba (2024), essas classificações não servem apenas para indicar a intensidade do TEA, mas também para orientar intervenções mais adequadas ao desenvolvimento e às necessidades de cada pessoa.

De acordo com Volkmar e Wiesner (2017), instrumentos como a CARS são fundamentais no processo de avaliação clínica porque permitem uma análise mais estruturada do comportamento da criança, contribuindo para diagnósticos mais precoces e intervenções mais direcionadas, especialmente quando associados à observação multidisciplinar.

O nível 1 de suporte, frequentemente associado ao autismo leve, refere-se a indivíduos com maior autonomia funcional, mas que ainda necessitam de auxílio em determinadas situações. Pessoas nesse nível podem apresentar dificuldades para iniciar interações sociais, manter conversas, adaptar-se a mudanças de rotina e organizar tarefas do cotidiano. Também podem demonstrar comportamentos repetitivos e interesses restritos (Faria; Borba, 2024).

Nesse nível, as dificuldades de socialização muitas vezes não são percebidas de imediato, pois a pessoa pode conseguir se comunicar verbalmente e participar de interações básicas. No entanto, segundo Baron-Cohen (2015), há uma limitação na chamada “teoria da mente”, ou seja, na capacidade de compreender o que o outro pensa ou sente. Isso pode gerar interpretações literais da linguagem, dificuldade em compreender ironias, brincadeiras ou regras sociais implícitas, o que afeta a qualidade das relações sociais e pode levar ao afastamento gradual de grupos sociais.

O nível 2 de suporte, considerado moderado, caracteriza pessoas que necessitam maior apoio no dia a dia. Nesse caso, costumam existir déficits mais evidentes na comunicação verbal e não verbal, prejuízos sociais perceptíveis e maior rigidez comportamental. Além disso, comportamentos repetitivos e sofrimento diante de mudanças são mais frequentes, exigindo acompanhamento contínuo (Faria; Borba, 2024).

Nessa fase, as dificuldades de socialização se tornam mais evidentes e consistentes. A pessoa pode demonstrar pouca iniciativa para interações sociais, dificuldade em manter trocas recíprocas e limitação na compreensão de normas sociais mais complexas, como esperar a vez de falar, compreender turnos de conversa ou adaptar o comportamento a diferentes contextos sociais. Segundo Smith (2018), essas dificuldades impactam diretamente a participação escolar e social, exigindo mediação constante para favorecer a interação e evitar isolamento social.

Já o nível 3 de suporte, classificado como severo, envolve indivíduos que demandam apoio muito maior e constante. Segundo Faria e Borba (2024), podem ocorrer ausência ou grande limitação da fala, tendência ao isolamento social, alta dependência para atividades diárias e importantes prejuízos no funcionamento global. Nesses casos, a necessidade de acompanhamento especializado é permanente.

Nesse nível, as dificuldades de socialização são mais intensas e profundas. Muitas vezes há baixa ou nenhuma iniciativa de interação social espontânea, dificuldade em responder a tentativas de aproximação de outras pessoas e grande limitação na construção de vínculos sociais significativos. De acordo com Wing (1996), essas dificuldades estão associadas não apenas à comunicação, mas também à forma como o indivíduo processa estímulos sociais, o que exige intervenções altamente

estruturadas, uso de comunicação alternativa e estratégias voltadas à funcionalidade social básica e qualidade de vida.

3.7.2 Legislação de Proteção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

A legislação brasileira tem avançado de forma significativa na garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando promover inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Esse conjunto de normas é fundamental para assegurar que crianças autistas tenham acesso não apenas à saúde e à educação, mas também ao lazer, à convivência social e à participação em diferentes contextos, incluindo espaços recreativos e eventos.

Um marco importante nesse processo é a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e reconhece legalmente a pessoa autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Esse reconhecimento garante direitos como atendimento multiprofissional, diagnóstico precoce, inclusão escolar e proteção social, ampliando o olhar do Estado para as especificidades do espectro autista.

Na continuidade desse avanço, a Lei nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion) reforça a visibilidade e o acesso a direitos ao instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), facilitando o atendimento prioritário e contribuindo para a redução de barreiras no cotidiano.

Outro marco fundamental é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece diretrizes amplas para a promoção da igualdade de condições, acessibilidade e combate à discriminação. A legislação compreende a deficiência como resultado da interação entre impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e as barreiras existentes no ambiente, que podem limitar a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade. Dessa forma, a deficiência não está relacionada apenas às características individuais, mas também às condições sociais, físicas e comunicacionais oferecidas pelo contexto. Já os transtornos do neurodesenvolvimento são compreendidos como condições que se manifestam durante o período do desenvolvimento e podem envolver dificuldades relacionadas à comunicação, interação social, aprendizagem, comportamento e funções cognitivas. Assim, embora um transtorno possa gerar necessidades específicas e, em alguns casos, estar associado à deficiência, os conceitos não são equivalentes, pois o transtorno se refere a uma condição clínica, enquanto a deficiência também envolve a relação entre a pessoa e as barreiras presentes no ambiente (BRASIL, 2015; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Nesse contexto de promoção da inclusão, destaca-se também o uso de símbolos de identificação que auxiliam no reconhecimento de necessidades específicas. A Lei nº 14.624/2023 institui o uso do cordão de girassol como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, incluindo o TEA. Esse recurso permite sinalizar, de forma discreta, que a pessoa pode necessitar de atenção diferenciada, contribuindo para o respeito, a empatia e o atendimento adequado em espaços públicos e privados.

Além do cordão de girassol, também é comum a utilização do símbolo do quebra-cabeça como representação do Transtorno do Espectro Autista no contexto social e internacional. Esse símbolo é associado à ideia de diversidade e complexidade do espectro, sendo amplamente utilizado em campanhas de conscientização e movimentos de apoio à causa autista, embora não possua reconhecimento legal no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 já garante, em seu artigo 5º, o princípio da igualdade, e em seu artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer e à convivência familiar e comunitária, o que inclui crianças com deficiência e TEA.

Nesse mesmo sentido, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009 com status constitucional, reforça o compromisso do país com a inclusão plena, a autonomia e a participação social em igualdade de condições, servindo como base internacional para as políticas de proteção às pessoas com deficiência.

Complementando esse conjunto normativo, a Lei nº 7.853/1989 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos básicos, incluindo educação, saúde, trabalho e acesso à cultura e ao lazer. Já a Lei nº 10.048/2000 garante atendimento prioritário às pessoas com deficiência em serviços públicos e privados.

A Lei nº 10.098/2000, por sua vez, estabelece normas gerais de acessibilidade, determinando a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes e na comunicação, o que é essencial para a participação plena de pessoas com TEA em diferentes espaços sociais.

Dessa forma, percebe-se que o conjunto de leis brasileiras, aliado aos tratados internacionais, forma uma base importante de proteção aos direitos das pessoas com deficiência. No caso das pessoas com TEA, essas legislações são fundamentais não só para garantir o acesso aos serviços, mas também para possibilitar a participação social, educacional e cultural de maneira mais efetiva, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e com mais igualdade de oportunidades.

4. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que buscou compreender como ocorre a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis.

De acordo com Gil (2008) a pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico que são os caminhos utilizados para orientar a investigação e possibilitar a construção do conhecimento de forma organizada e sistemática. Entre os métodos de pesquisa apresentados pelo autor, destacam-se a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva, que possuem diferentes finalidades. Seu objetivo principal é encontrar respostas para problemas por meio da aplicação de procedimentos científicos. Diante disto, o estudo procura reconhecer a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos, se baseando em métodos científicos para um levantamento e análise de dados, de maneira a somar para um melhor entendimento do tema no contexto do setor de Eventos. Nesse sentido, a pesquisa assume um papel fundamental na articulação entre teoria e prática, permitindo a análise de fenômenos sociais contemporâneos relacionados à inclusão e acessibilidade.

Conforme Gil (2008) as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Nesse sentido, a pesquisa exploratória se mostra apropriada para este trabalho pois permite um entendimento inicial sobre a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos, um tema ainda pouco relatado na literatura e no setor de eventos. Esse tipo de pesquisa colabora para destacar percepções, demandas, e obstáculos enfrentados por este grupo, auxiliando a identificar como esse público experiencia os ambientes de eventos. Além do mais, por ser mais adaptável em relação ao planejamento, a pesquisa exploratória permite a utilização de diversas formas de coleta de dados, como questionários e entrevistas, o que coopera com a aproximação da realidade analisada. Sendo assim, é possível avaliar aspectos importantes do comportamento, das vivências e das necessidades de crianças neurodivergentes em eventos, assim como a visão de seus responsáveis e de profissionais da área, contribuindo para uma análise mais ampla.

O estudo com pesquisas descritivas traz como objetivo descrever as características de um determinado grupo ou acontecimento, além de identificar possíveis relações entre variáveis. Estudos dessa categoria são muito utilizados em diversos estudos e se evidenciam por uso de técnicas estabelecidas para a coleta de dados, o que permite maior organização e exatidão nas informações adquiridas. Gil (2008, p. 28) aponta que esse formato de pesquisa tem como finalidade principal a descrição de características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa será utilizado para descrever as características relacionadas à inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, avaliando as necessidades, dificuldades e adaptações existentes nesses ambientes. Dentro desse contexto, a pesquisa descritiva possibilita uma análise mais detalhada das condições de

inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, evidenciando suas necessidades, dificuldades e possíveis adaptações nesses ambientes.

A pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir da interação entre o pesquisador e as pessoas envolvidas no estudo, tendo um caráter mais interpretativo e reflexivo (Minayo, 2021). Essa abordagem permite analisar os fenômenos no próprio contexto em que acontecem, considerando as experiências e relações sociais. O estudo qualitativo será aplicado para compreender as percepções e desafios relacionados à inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis. Dessa forma, a abordagem qualitativa torna-se essencial para compreender de maneira mais profunda as percepções, experiências e desafios relacionados à inclusão de crianças neurodivergentes em eventos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa de campo possibilita observar os fatos diretamente no ambiente em que ocorrem. Além disso, Lakatos e Marconi (2010) destacam que o uso de entrevistas e observação ajuda a coletar dados mais próximos da realidade. Gil (2019) ressalta que a pesquisa de campo possibilita a obtenção de dados diretamente com o público pesquisado, promovendo a aproximação entre teoria e prática. Assim, foram aplicados questionários on-line, por meio do Google Forms, destinados a responsáveis por crianças autistas, além da realização de uma entrevista com uma profissional da área da Psicologia. A entrevistada possui experiência profissional e vivência pessoal relacionadas às neurodivergências, uma vez que é diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem um filho também diagnosticado com TEA e atua no atendimento de pacientes neurodivergentes. Sua participação teve como objetivo contribuir com percepções fundamentadas tanto na prática profissional quanto na experiência vivida, favorecendo a compreensão dos desafios, necessidades e estratégias relacionadas à participação dessas crianças em eventos. A pesquisa de campo foi utilizada para coletar informações diretamente com pessoas que vivenciam a realidade estudada, permitindo compreender melhor como ocorre a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis. Esse procedimento proporciona um contato direto com o contexto investigado, favorecendo uma análise mais fiel da realidade social estudada.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário online, elaborado pelas pesquisadoras e disponibilizado aos participantes por meio de um formulário eletrônico. O instrumento foi aplicado no período de Dezesete de Maio à Vinte e Quatro de Maio, totalizando uma semana para o período da pesquisa sendo divulgado por meio de grupos de *WhatsApp* relacionados ao tema e redes sociais como *Instagram*. A participação ocorreu de forma voluntária, considerando pessoas que possuíam relação com o contexto e com a temática da inclusão de crianças neurodivergentes.

O questionário foi estruturado em dois blocos: Bloco A e Bloco B, sendo ambos compostos por questões fechadas e uma questão aberta em cada bloco. As questões fechadas foram organizadas e apresentadas por meio de gráficos, possibilitando uma visualização mais objetiva dos dados quantitativos. Já as questões abertas permitiram aos participantes expressarem suas experiências, percepções e sugestões de forma mais detalhada, contribuindo para uma análise qualitativa complementar.

Ao todo, foram obtidas 99 respostas, porém 72 apenas foram efetivas para a pesquisa. Entretanto, observa-se uma diferença na quantidade de respostas entre os blocos do questionário, sendo 62 respostas no Bloco A e 10 respostas no Bloco B. Essa variação ocorreu em razão da estrutura condicional adotada no instrumento de pesquisa. Conforme a resposta fornecida pelos participantes em uma questão de direcionamento, o formulário os encaminhava para o bloco correspondente ao seu perfil e à sua experiência em relação ao tema investigado. Dessa forma, cada participante respondia apenas ao bloco pertinente à sua realidade, o que justifica a diferença numérica entre os grupos de respostas sem comprometer a validade dos dados coletados.

Essa organização metodológica possibilita uma leitura mais ampla dos dados, ao articular informações quantitativas e qualitativas. Nesse sentido, a análise dos resultados dialoga com o referencial teórico utilizado nesta pesquisa, especialmente no que se refere às barreiras ambientais e sensoriais presentes em contextos sociais, à importância da mediação nas interações e à necessidade de planejamento intencional em espaços de convivência e lazer (Vygotsky, 2007; Organização Mundial da Saúde, 2023; Sassaki, 2003; Kishimoto, 2011).

4.1 Procedimentos de Coleta de Dados da Entrevista

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com uma profissional da área de Psicologia. A entrevista foi previamente planejada e conduzida a partir de um roteiro contendo questões norteadoras relacionadas ao tema da pesquisa. A escolha desse instrumento ocorreu devido à sua capacidade de possibilitar maior aprofundamento das informações obtidas, permitindo ao entrevistado discorrer livremente sobre os assuntos abordados.

Segundo Gil (2008), a entrevista consiste em uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador se apresenta ao participante e formula perguntas com o objetivo de obter informações relevantes para a investigação. Além disso, a entrevista caracteriza-se como uma forma de interação social que favorece a compreensão de percepções, experiências, opiniões e significados atribuídos pelos participantes aos fenômenos investigados.

A entrevista foi realizada em 24 de Maio de 2026, por meio da plataforma *WhatsApp*, em local previamente acordado entre pesquisador e participante. Inicialmente, foram apresentados os objetivos da pesquisa, esclarecidas as questões éticas relacionadas à participação voluntária e garantido o sigilo das informações fornecidas.

Durante a realização da entrevista, o pesquisador utilizou um roteiro semiestruturado composto por perguntas previamente elaboradas. Contudo, novas questões foram formuladas ao longo da conversa sempre que necessário para aprofundar aspectos relevantes surgidos nas respostas da entrevistada. Essa flexibilidade é uma das

principais características da entrevista semiestruturada, permitindo explorar os temas de interesse sem comprometer a espontaneidade das respostas.

A entrevista teve duração aproximada de 1 hora e 30 minutos e foi registrada por meio de gravação de vídeo e anotações, mediante autorização da participante. Posteriormente, as informações coletadas foram organizadas e analisadas de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa.

A utilização da entrevista semiestruturada mostrou-se adequada por possibilitar uma compreensão mais aprofundada da temática investigada, permitindo captar não apenas informações objetivas, mas também percepções, experiências e interpretações da profissional entrevistada.

5. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e analisados os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos responsáveis por crianças neurodivergentes. A análise tem como objetivo compreender as experiências, dificuldades e necessidades relacionadas à participação dessas crianças em eventos sociais e infantis, bem como identificar a percepção dos responsáveis sobre a inclusão, acessibilidade e preparo dos espaços e profissionais que atuam nesses ambientes.

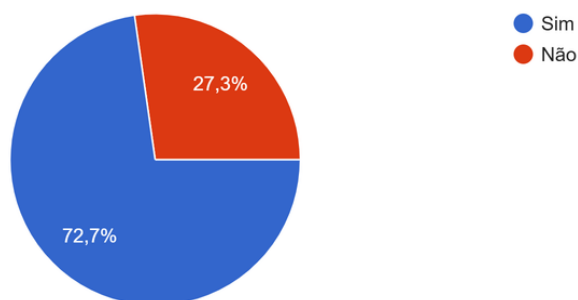
Parte-se do entendimento de que eventos infantis não se limitam a espaços de entretenimento, mas configuram ambientes sociais complexos, nos quais a participação das crianças depende diretamente das condições oferecidas pelo espaço, da organização das atividades e da atuação dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a inclusão deve ser compreendida como um processo estruturado e intencional, que envolve adaptações ambientais, organizacionais e relacionais.

Assim, a análise dos resultados busca identificar os principais fatores que influenciam a participação de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, bem como apontar desafios, necessidades e possíveis estratégias que possam contribuir para a promoção de ambientes mais inclusivos e acessíveis.

Gráfico 1: Convivência familiar direta com criança neurodivergente

1. Você possui convivência familiar direta com uma criança neurodivergente?

99 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados demonstram que 72,7% dos participantes possuem convivência direta com crianças neurodivergentes, enquanto 27,3% não apresentam esse vínculo. Esse resultado é relevante não apenas como caracterização da amostra, mas como elemento interpretativo central, pois indica que a maior parte das percepções apresentadas ao longo do questionário é construída a partir de experiências cotidianas de cuidado, mediação e adaptação às necessidades da criança.

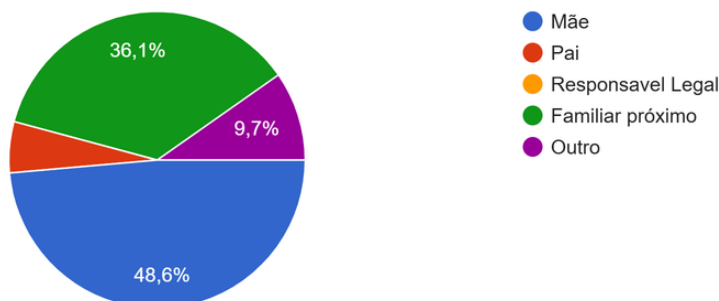
Esse aspecto é fundamental, pois a convivência direta tende a produzir uma leitura mais sensível das situações vivenciadas, especialmente no que se refere às dificuldades em ambientes sociais e recreativos. Conforme Minayo (2010), a experiência vivida constitui uma dimensão estruturante da produção de sentido em pesquisas sociais, uma vez que o sujeito interpreta o fenômeno a partir de sua inserção concreta na realidade.

Na prática, isso significa que as respostas não refletem apenas opiniões sobre inclusão, mas percepções construídas a partir de situações reais, como participação em eventos, manejo de crises, adaptação de ambientes e observação do comportamento infantil em contextos de alta estimulação.

Gráfico 2: Vínculo familiar com a criança

2. Qual é o seu vínculo familiar com a criança?

72 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os resultados indicam predominância de mães (48,6%), seguidas por familiares próximos (36,1%) e outros vínculos (9,7%), sem presença significativa de responsáveis legais formais. Esse dado revela um padrão social importante: a centralização do cuidado na figura materna ainda é predominante quando se trata de crianças neurodivergentes.

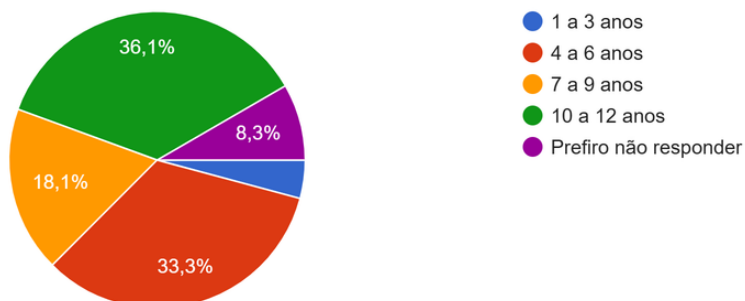
Esse cenário não se limita a uma questão estatística, mas aponta para uma dinâmica estrutural do cuidado, na qual a responsabilidade pelo acompanhamento diário, regulação emocional e mediação social recai majoritariamente sobre a mãe. Isso implica que a percepção dos eventos é fortemente atravessada por uma vivência de vigilância constante sobre o bem-estar da criança.

Na prática, isso influencia diretamente a forma como os eventos são avaliados, pois esses cuidadores tendem a identificar com maior precisão situações de sobrecarga sensorial, mudanças comportamentais sutis e sinais de desconforto, o que amplia a sensibilidade das respostas obtidas.

Gráfico 3: Faixa etária das crianças

3. Qual a faixa etária da criança?

72 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados mostram concentração significativa nas faixas de 10 a 12 anos (36,1%) e 4 a 6 anos (33,3%), seguidas por 7 a 9 anos (18,1%) e 1 a 3 anos (4,2%). Essa distribuição indica predominância de crianças em fases intermediárias da infância, período marcado por intensas transformações cognitivas, sociais e emocionais.

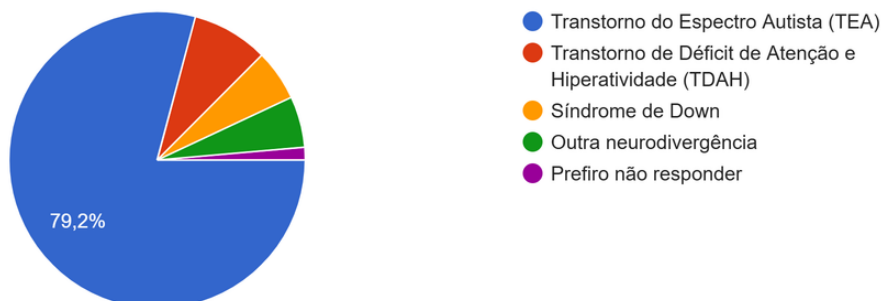
Esse recorte etário é relevante porque corresponde a momentos em que a socialização com pares se torna mais frequente e estruturada, especialmente em ambientes como festas e eventos infantis. Segundo Vygotsky (2007), o desenvolvimento ocorre de forma mediada pelas interações sociais, sendo o ambiente um elemento essencial na construção das funções psicológicas superiores.

Na prática, isso significa que os eventos infantis podem funcionar como espaços importantes de socialização e desenvolvimento, mas também como ambientes potencialmente desafiadores quando não há adaptação adequada às necessidades sensoriais e comportamentais da criança.

Gráfico 4: Neurodivergência das crianças

4. Qual neurodivergência a criança possui?

72 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Observa-se predominância expressiva do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com 79,2% dos casos, seguido por TDAH (8,3%), Síndrome de Down (5,6%) e outras condições (5,6%), além de 1,4% sem resposta. Esse dado é central para toda a análise, pois indica que a maior parte das experiências relatadas está diretamente relacionada ao TEA.

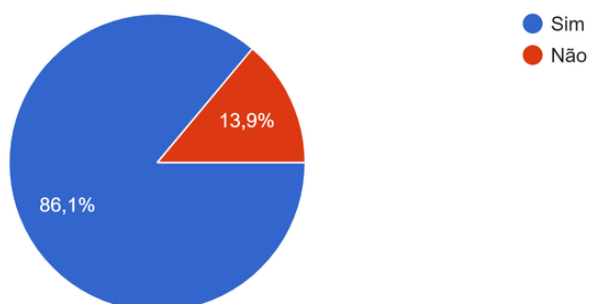
Essa predominância altera significativamente a interpretação dos demais resultados, uma vez que o TEA envolve características específicas como dificuldades na comunicação social e hipersensibilidade sensorial. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2023), essas características podem impactar diretamente a forma como o indivíduo reage a estímulos ambientais intensos, como ruídos, aglomerações e mudanças inesperadas.

Na prática, isso significa que os eventos analisados neste estudo devem ser compreendidos como ambientes de alta exigência sensorial para a maioria das crianças participantes, o que ajuda a explicar padrões de comportamento, permanência e desconforto identificados nos gráficos seguintes.

Gráfico 5: Participação em eventos sociais e infantis

5. A criança costuma participar de festas de aniversário, eventos infantis ou encontros sociais?

72 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 86,1% das crianças participam de eventos sociais, enquanto 13,9% não participam. Esse resultado demonstra que há um movimento consistente de inserção dessas crianças em ambientes sociais e recreativos, o que, em termos iniciais, sugere avanço na inclusão.

No entanto, essa participação não pode ser interpretada como sinônimo de inclusão efetiva. Conforme Sasaki (2003), a inclusão não se limita ao acesso físico ao espaço, mas depende da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e sensoriais que possam restringir a participação plena.

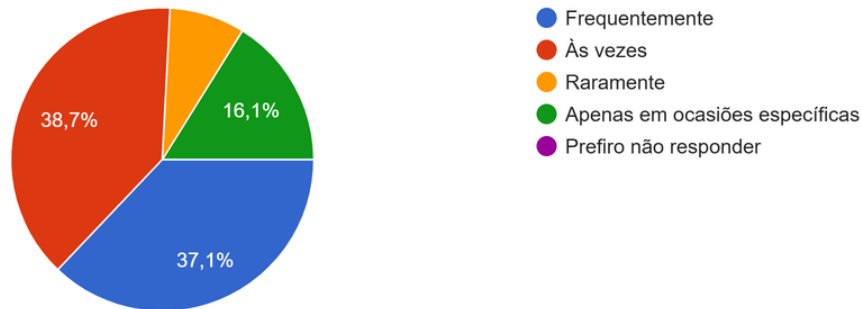
Na prática, isso significa que, embora as crianças estejam presentes nos eventos, isso não garante que estejam confortáveis, participando ativamente ou conseguindo permanecer durante toda a experiência.

Gráfico 6: Frequência de participação em eventos

(BLOCO A)

5A.1 Com que frequência a criança participa desses eventos?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os resultados mostram variação significativa na frequência: 38,7% participam “às vezes”, 37,1% “frequentemente”, 16,1% apenas em ocasiões específicas e 8,1% raramente. Esse padrão revela que a participação não é estável, sendo altamente dependente de fatores contextuais.

Esse comportamento sugere que há um processo contínuo de avaliação por parte dos responsáveis, que consideram experiências anteriores, nível de previsibilidade do evento e possíveis riscos de sobrecarga sensorial antes de decidir pela participação.

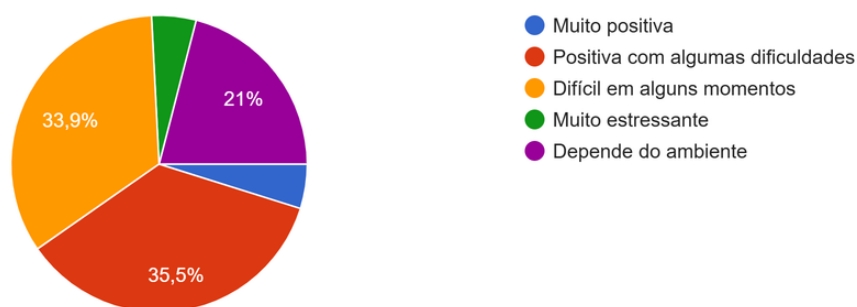
Na prática, isso indica que os eventos não são automaticamente considerados ambientes seguros ou acessíveis, exigindo uma espécie de “filtragem prévia” por parte da família, o que evidencia a fragilidade das condições inclusivas oferecidas.

Gráfico 7: Experiência da criança nos eventos

(BLOCO A)

5A.2 Como geralmente é a experiência da criança nesses eventos?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados revelam predominância de experiências intermediárias, com 35,5% relatando vivência “positiva com algumas dificuldades” e 33,9% “difícil em alguns momentos”. Apenas 4,8% indicaram experiências muito positivas ou muito negativas.

Esse resultado evidencia que a experiência das crianças não pode ser compreendida de forma binária, mas como um processo dinâmico, influenciado diretamente pelas condições do ambiente. Em outras palavras, o mesmo evento pode ser percebido de forma diferente dependendo da intensidade dos estímulos e do nível de adaptação disponível.

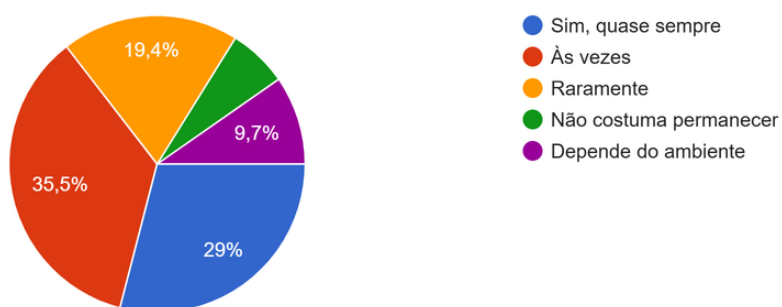
Esse cenário está alinhado à perspectiva de Cunha (2019), que destaca que o comportamento no TEA é altamente sensível ao contexto, especialmente à previsibilidade e à organização do ambiente.

Gráfico 8: Permanência da criança até o final dos eventos

(BLOCO A)

5A.3 A criança costuma permanecer até o final dos eventos?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A permanência das crianças nos eventos apresenta uma distribuição bastante heterogênea: 29% permanecem até o final na maioria das vezes, 35,5% ficam apenas em algumas ocasiões, 19,4% raramente permanecem, 6,5% não costumam permanecer até o término e 9,7% indicam que essa permanência depende diretamente do ambiente.

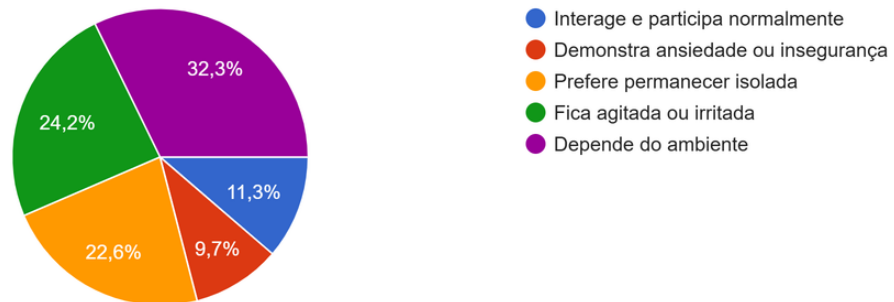
Esse cenário sugere que a continuidade da participação não é um comportamento estável ou previsível, mas algo fortemente condicionado pelas características do evento e pela forma como a criança responde aos estímulos ao longo do tempo. Em outras palavras, a permanência parece menos relacionada ao interesse pela atividade e mais vinculada à capacidade de suportar o nível de estímulos presentes no ambiente.

Em muitos casos, a saída antecipada não deve ser interpretada como desmotivação ou recusa em participar, mas como uma necessidade de autorregulação diante de possíveis situações de sobrecarga sensorial, emocional ou social. Isso é especialmente relevante em contextos com alta estimulação, nos quais a permanência prolongada pode se tornar desgastante para algumas crianças neurodivergentes, exigindo interrupções como forma de preservação do bem-estar.

*Gráfico 9: Comportamentos apresentados durante os eventos
(BLOCO A)*

5A.4 Quais comportamentos a criança costuma apresentar durante os eventos?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados mostram distribuição variada: 24,2% agitação, 22,6% isolamento, 11,3% interação direta, 9,7% ansiedade e 32,3% dependência do ambiente. O elemento mais relevante aqui é justamente a alta taxa de “dependência do ambiente”, indicando que o comportamento não é fixo, mas altamente situacional.

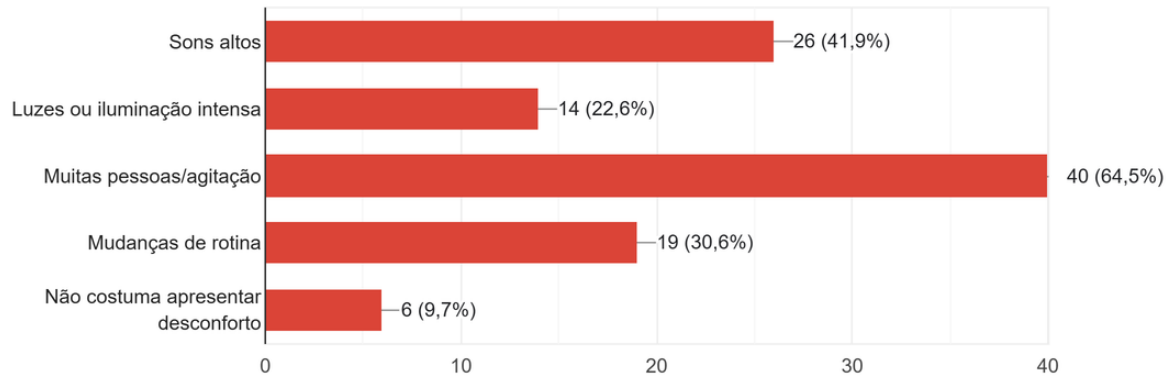
Isso reforça a perspectiva de Vygotsky (2007), segundo a qual o comportamento humano é construído na interação com o meio. No caso das crianças neurodivergentes, essa relação se torna ainda mais sensível, pois pequenas variações ambientais podem alterar significativamente a forma de participação.

Gráfico 10: Estímulos ambientais que causam maior desconforto

(BLOCO A)

5A.5 Quais estímulos do ambiente costumam causar maior desconforto na criança?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados mostram que 64,5% apontam aglomeração como principal fator de desconforto, seguidos por sons altos (41,9%), mudanças de rotina (30,6%), luzes intensas (22%) e ausência de desconforto (9,7%). Esse resultado evidencia que o principal problema não é um estímulo isolado, mas a combinação de fatores simultâneos.

Na prática, isso indica que eventos infantis, por sua natureza, tendem a ser ambientes de alta carga sensorial, o que pode ultrapassar a capacidade de regulação de muitas crianças neurodivergentes.

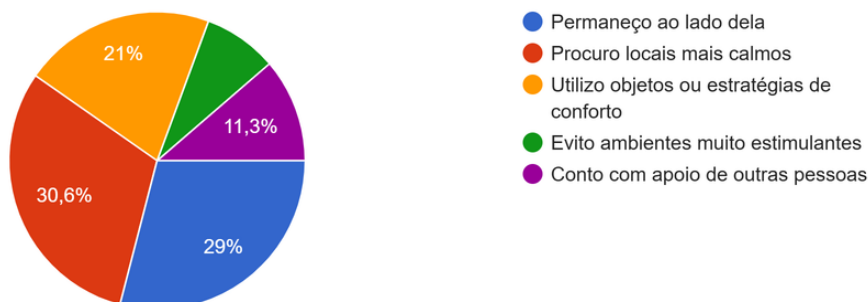
Esse dado reforça diretamente o que diz a Organização Mundial da Saúde (2023), ao destacar a hipersensibilidade sensorial como característica frequente no TEA, o que torna ambientes ruidosos e imprevisíveis potencialmente desorganizadores.

Gráfico 11: Formas de auxílio à criança durante os eventos

(BLOCO A)

5A.6 Como você costuma auxiliar a criança nesses eventos?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que os responsáveis recorrem a diferentes estratégias para viabilizar a permanência e o conforto da criança durante os eventos: 30,6% buscam locais mais calmos, 29% permanecem ao lado da criança, 21% utilizam objetos ou estratégias de conforto, 11,3% contam com apoio de outras pessoas e 8,1% evitam ambientes mais estimulantes.

Esse conjunto de respostas evidencia que o suporte à criança, nesses contextos, é predominantemente construído de forma ativa pela família, que assume a função de mediação contínua entre a criança e o ambiente. Na prática, os responsáveis atuam como uma espécie de “ajuste dinâmico” do evento, reorganizando o espaço e as condições de participação conforme as reações apresentadas.

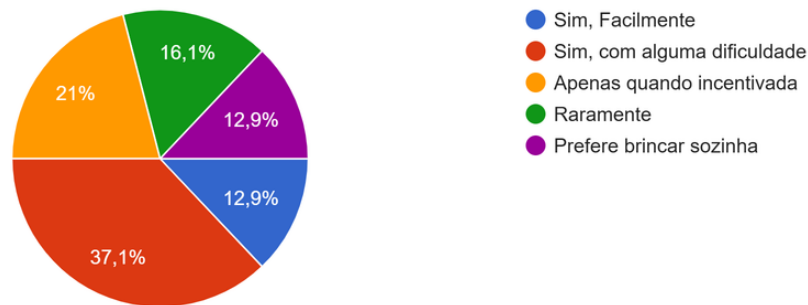
Isso revela que a experiência inclusiva ainda não está plenamente incorporada à estrutura dos eventos, uma vez que grande parte das adaptações ocorre de maneira reativa, ou seja, em resposta às dificuldades já percebidas, e não como parte de um planejamento prévio do ambiente.

Gráfico 12: Interesse em brincar ou interagir com outras crianças

(BLOCO A)

5A.7 A criança demonstra interesse em brincar ou interagir com outras crianças?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados mostram que 37,1% das crianças interagem com alguma dificuldade, 21% apenas quando incentivadas, 16,1% raramente interagem, 12,9% conseguem interagir com facilidade e outros 12,9% preferem brincar sozinhas.

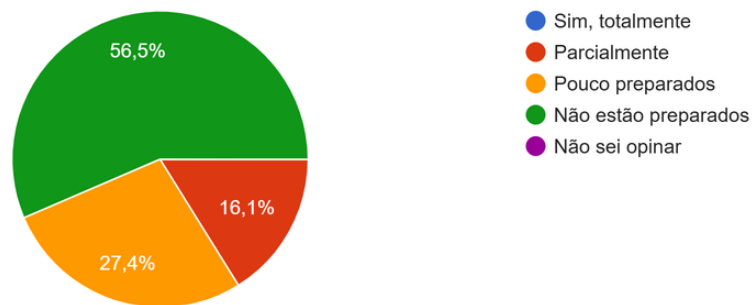
O que se observa aqui é que a interação social não ocorre de forma uniforme, variando significativamente conforme o contexto e o nível de mediação disponível. Em muitos casos, a aproximação com outras crianças não acontece espontaneamente, mas depende de incentivo externo ou de condições ambientais mais favoráveis.

Esse padrão reforça a compreensão de que a socialização, especialmente em crianças neurodivergentes, não pode ser entendida como um processo automático, mas como algo construído a partir de oportunidades, suporte e adequação do ambiente. Em eventos muito estimulantes ou pouco estruturados, essas interações tendem a ser mais limitadas ou instáveis.

Gráfico 13: Preparação dos espaços para receber crianças neurodivergentes
(BLOCO A)

5A.8 Na sua percepção, os espaços de festas e eventos estão preparados para receber crianças neurodivergentes?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados revelam uma percepção bastante crítica sobre a preparação dos eventos: 56,5% consideram que os espaços não estão preparados para receber crianças neurodivergentes e 27,4% avaliam que estão pouco preparados. Não houve registros de percepção positiva quanto à preparação total.

Esse resultado evidencia uma lacuna significativa na estrutura dos eventos infantis, tanto no que se refere ao ambiente físico quanto à qualificação das equipes envolvidas. A ausência de preparação adequada sugere que a inclusão ainda não é incorporada como um princípio estruturante do planejamento, mas sim tratada como uma adaptação pontual, quando necessária.

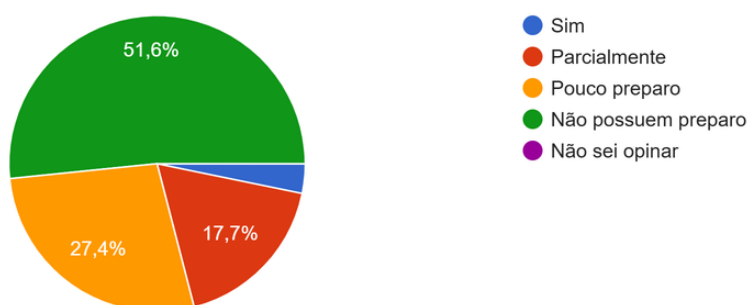
Na prática, isso impacta diretamente a experiência das crianças, contribuindo para situações de desconforto, necessidade frequente de mediação familiar e redução do tempo de permanência nos eventos.

Gráfico 14: Preparo de monitores e recreadores para atendimento de crianças neurodivergentes

(BLOCO A)

5A.9 Você acredita que os monitores e recreadores possuem preparo adequado para lidar com crianças neurodivergentes?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que a adaptação mais valorizada pelos participantes é a capacitação de monitores e recreadores (74,2%), seguida pela criação de espaços sensoriais adequados (54,8%), brinquedos e atividades adaptadas (46,8%), redução de estímulos como sons altos e luzes intensas (33,9%) e atendimento individualizado (16,1%).

Esse resultado evidencia que a compreensão de inclusão não se limita apenas à adaptação física do ambiente, mas envolve principalmente a preparação das pessoas que conduzem as atividades. A forte ênfase na capacitação profissional indica que os participantes reconhecem a importância de uma atuação mais sensível, capaz de identificar sinais de desconforto, intervir de forma adequada e ajustar a condução das atividades conforme as necessidades da criança.

Ao mesmo tempo, a valorização dos espaços sensoriais e da redução de estímulos reforça a percepção de que o ambiente dos eventos pode, em muitos casos, ser excessivamente carregado, o que impacta diretamente a permanência e o bem-estar das crianças neurodivergentes. Já o atendimento individualizado aparece como uma estratégia complementar, voltada a situações em que o suporte mais próximo se torna necessário para garantir maior segurança emocional e organização comportamental.

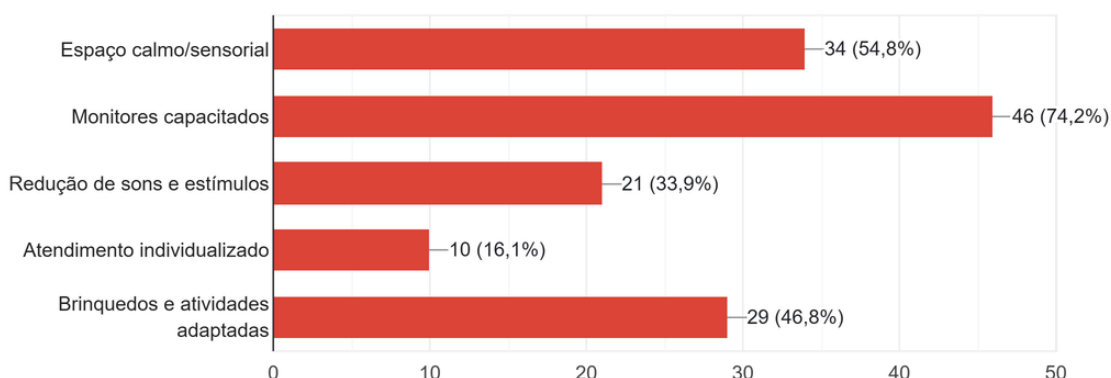
De modo geral, os dados apontam para uma compreensão de inclusão que depende da articulação entre preparo humano e adequação ambiental, indicando que esses

elementos são percebidos como complementares e igualmente relevantes para a efetividade da experiência inclusiva.

Gráfico 15: Adaptações consideradas mais importantes para inclusão

(BLOCO A)

5A.10 Qual adaptação você considera mais importante para inclusão da criança nesses ambientes?
62 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A capacitação de monitores e recreadores (74,2%) aparece como a adaptação mais valorizada pelos participantes, indicando que a inclusão é compreendida, antes de tudo, a partir da qualidade da mediação humana. Mais do que a organização das atividades, destaca-se a necessidade de profissionais preparados para reconhecer diferentes formas de comportamento, acolher situações de desconforto e ajustar a condução do evento conforme as necessidades das crianças.

Esse resultado reforça que a inclusão não se limita à estrutura física, mas depende diretamente das relações estabelecidas no ambiente. Nesse sentido, dialoga com Vygotsky (2007), ao compreender que o desenvolvimento infantil ocorre por meio da mediação social, sendo o adulto um elemento central na organização das experiências e na possibilidade de participação.

Em seguida, a valorização de espaços sensoriais (54,8%) e da redução de estímulos como sons, luzes e aglomerações (33,9%) evidencia a percepção de que os eventos infantis, em muitos casos, apresentam alta carga sensorial. Esse aspecto sugere que o ambiente pode impactar diretamente a permanência, o conforto e a participação das crianças, especialmente quando não há adaptações adequadas.

Também se destaca a importância de brinquedos e atividades adaptadas (46,8%), indicando que a inclusão envolve não apenas o espaço, mas também a forma como as experiências lúdicas são organizadas. Por fim, o atendimento individualizado

(16,1%) aparece como uma estratégia complementar, voltada a situações que exigem maior suporte e acompanhamento próximo.

De forma geral, os dados apontam para uma compreensão de inclusão como um processo integrado, que depende simultaneamente do preparo profissional, da organização do ambiente e da adaptação das atividades propostas.

5.1 Sugestões de melhorias para a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos infantis (Bloco A).

No questionário aplicado aos responsáveis que foram direcionados para o Bloco A, a partir da questão 5, foi realizada a seguinte pergunta:

“Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nos eventos infantis para torná-los mais inclusivos?”

As respostas obtidas nesta questão aberta revelam uma percepção consistente de que a inclusão, nos eventos analisados, ainda ocorre de forma parcial e, em muitos casos, dependente de iniciativas isoladas, frequentemente sustentadas pelos próprios responsáveis. As falas não se limitam a sugestões pontuais, mas evidenciam fragilidades estruturais e organizacionais que impactam diretamente a experiência das crianças neurodivergentes.

Um dos aspectos mais recorrentes diz respeito à capacitação das equipes envolvidas nos eventos. As respostas indicam a necessidade de profissionais que não apenas compreendam características gerais das neurodivergências, mas que consigam atuar de forma sensível diante de diferentes comportamentos e possíveis situações de desregulação emocional. Há uma preocupação recorrente em evitar intervenções que possam gerar constrangimento, aumento do estresse ou sensação de inadequação da criança, reforçando a importância de uma prática baseada no acolhimento e na escuta das necessidades individuais. Essa discussão se relaciona com Vygotsky (2007), ao compreender que o desenvolvimento infantil é constituído nas interações sociais e nas experiências vividas no ambiente, o que influencia diretamente a qualidade da participação da criança.

Outro ponto relevante refere-se ao ambiente físico dos eventos. As sugestões apontam para a necessidade de espaços mais estruturados e previsíveis, com destaque para a criação de áreas ou salas sensoriais destinadas a momentos de pausa e regulação. Essa demanda aparece associada à presença de sobrecarga sensorial, especialmente em contextos marcados por ruídos intensos, grande circulação de pessoas e estímulos visuais constantes. Assim, a organização do espaço emerge como um elemento determinante para o conforto, a permanência e a participação das crianças, considerando que diferentes formas de funcionamento neurodesenvolvimento influenciam a maneira como os estímulos ambientais são percebidos e processados (Organização Mundial da Saúde, 2023).

Também se destaca a necessidade de adaptação das atividades recreativas, de modo que sejam mais flexíveis e inclusivas. As respostas sugerem brincadeiras que

respeitem diferentes ritmos de participação, reduzam estímulos excessivos e permitam variadas formas de interação social. Em alguns relatos, observa-se ainda a compreensão de que a inclusão não deve ser entendida apenas como presença física no evento, mas como a possibilidade de participação efetiva e significativa. Nesse sentido, o brincar assume papel central no desenvolvimento infantil, sendo compreendido como uma atividade que favorece a socialização, a aprendizagem e a construção de experiências (Kishimoto, 2011).

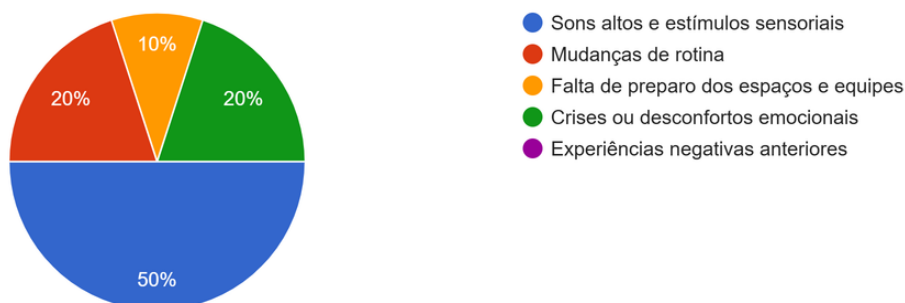
De forma mais ampla, os dados indicam que a inclusão em eventos infantis envolve a articulação entre fatores humanos, ambientais e pedagógicos. Não se trata apenas de ajustes pontuais, mas de uma reorganização da forma como esses eventos são planejados e conduzidos. Isso implica considerar as singularidades das crianças desde a concepção do evento, de modo a reduzir barreiras e promover experiências mais seguras, acessíveis e acolhedoras. Essa compreensão reforça que a inclusão ultrapassa o acesso físico, envolvendo também condições reais de participação e pertencimento nos diferentes contextos sociais (Sassaki, 2003).

Gráfico 16: Fatores que mais dificultam a participação da criança em eventos

(BLOCO B)

5B.1 Quais fatores mais dificultam a participação da criança em eventos?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados mostram que os principais fatores de dificuldade são sons altos e estímulos sensoriais (50%), seguidos por mudanças de rotina (20%), crises ou desconfortos emocionais (20%) e falta de preparo dos espaços e equipes (10%).

O destaque para os estímulos sensoriais indica que os eventos infantis são percebidos como ambientes de alta intensidade, o que pode dificultar a permanência e o bem-estar das crianças, em consonância com a Organização Mundial da Saúde (2023), ao apontar particularidades no processamento sensorial em algumas condições do neurodesenvolvimento.

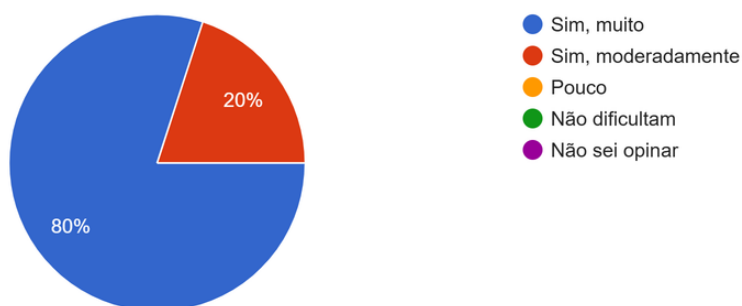
As mudanças de rotina e os desconfortos emocionais reforçam a importância da previsibilidade e da organização dos eventos, enquanto as crises evidenciam a influência da resposta individual aos estímulos. Assim, os dados indicam que a participação depende da relação entre ambiente, organização e necessidades individuais (Sasaki, 2003).

Gráfico 17: Impacto das mudanças de rotina e ambientes desconhecidos na participação

(BLOCO B)

5B.2 Mudanças na rotina ou ambientes desconhecidos dificultam a participação da criança?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 80% dos participantes consideram que mudanças na rotina ou ambientes desconhecidos dificultam muito a participação da criança, enquanto 20% apontam que essa dificuldade ocorre de forma moderada. Não foram registradas respostas para as opções “pouco”, “não dificultam” e “não sei opinar” (0%).

Esse resultado evidencia uma percepção praticamente consensual de que a previsibilidade é um fator central para a adaptação da criança em eventos. A forte incidência de respostas “sim, muito” sugere que a quebra de rotina e a exposição a ambientes novos podem gerar insegurança e impactar diretamente o comportamento e a permanência no espaço.

Esse achado dialoga com a Organização Mundial da Saúde (2023), ao indicar que determinadas condições do neurodesenvolvimento podem envolver maior sensibilidade a mudanças e estímulos inesperados, o que reforça a importância de ambientes mais estruturados e previsíveis.

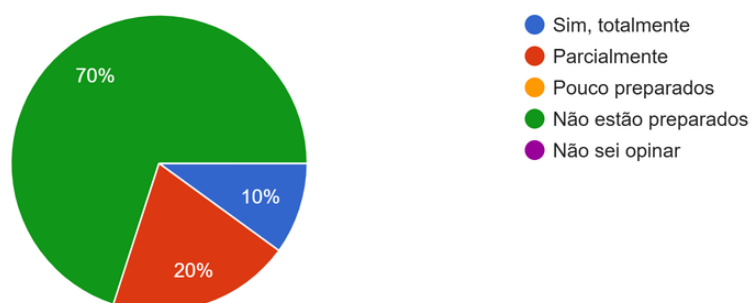
Assim, os dados apontam que a organização dos eventos deve considerar a previsibilidade como elemento essencial para favorecer a participação e o conforto das crianças.

Gráfico 18: Percepção sobre a preparação dos espaços para inclusão

(BLOCO B)

5B.3 Na sua percepção, os espaços de festas e eventos estão preparados para receber crianças neurodivergentes?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 70% dos participantes consideram que os espaços de festas e eventos não estão preparados para receber crianças neurodivergentes, enquanto 20% avaliam que estão parcialmente preparados e apenas 10% afirmam que estão totalmente preparados. Não houve registros nas opções “pouco preparados” e “não sei opinar” (0%).

Esse resultado evidencia uma percepção amplamente negativa sobre a estrutura dos eventos infantis, sugerindo que as condições oferecidas ainda não contemplam, de forma consistente, as necessidades de diferentes perfis de desenvolvimento infantil. A ausência de avaliações positivas significativas aponta para uma lacuna entre o que é proposto como inclusão e o que efetivamente é percebido na prática cotidiana desses espaços.

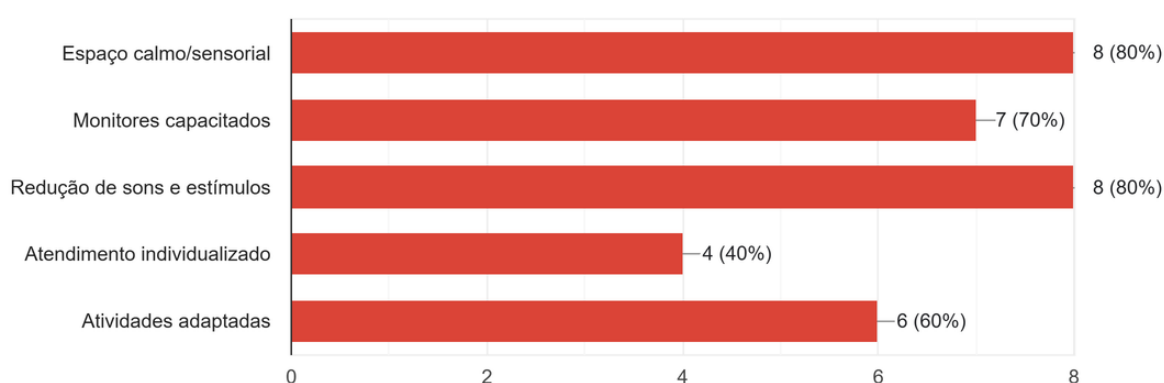
Sob essa perspectiva, a inclusão não se limita ao acesso físico ao evento, mas envolve a organização de condições ambientais, sensoriais e sociais que possibilitem participação efetiva e confortável. Sassaki (2003) destaca que a inclusão exige a eliminação de barreiras que dificultam a participação plena, sejam elas arquitetônicas, comunicacionais ou atitudinais. No caso dos dados analisados, a predominância da percepção de despreparo sugere que essas barreiras ainda são estruturais e recorrentes nos contextos de eventos infantis.

Além disso, ao considerar que eventos são ambientes marcados por intensa estimulação social e sensorial, a ausência de adaptações adequadas pode comprometer não apenas a permanência, mas também a experiência subjetiva de pertencimento da criança no espaço. Isso reforça a necessidade de planejamento mais intencional, que considere desde a concepção do evento estratégias de acessibilidade e organização ambiental compatíveis com diferentes formas de interação e percepção do mundo.

Gráfico 19: Adaptações consideradas mais importantes para facilitar a participação (BLOCO B)

5B.4 Qual adaptação você considera mais importante para facilitar a participação da criança nesses ambientes?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que as adaptações mais valorizadas pelos participantes são a criação de espaços calmos/sensoriais (80%) e a redução de sons e estímulos (80%), seguidas pela capacitação de monitores (70%), atividades adaptadas (60%) e atendimento individualizado (40%). O conjunto das respostas evidencia que não há uma única estratégia suficiente, mas sim a necessidade de ações combinadas para promover melhores condições de participação.

A forte valorização de espaços sensoriais e da redução de estímulos evidencia que o ambiente é um fator central na experiência de participação infantil. Esse resultado se relaciona com a Organização Mundial da Saúde (2023), ao destacar que algumas condições do neurodesenvolvimento podem envolver maior sensibilidade a estímulos sensoriais, o que torna ambientes com excesso de ruído e informação visual mais difíceis de serem processados.

Além disso, a ênfase na capacitação de monitores reforça a importância das interações sociais no processo de inclusão. Nesse sentido, Sassaki (2003) aponta que a inclusão não depende apenas de adaptações físicas, mas também de mudanças atitudinais, envolvendo preparo humano, sensibilidade e qualificação dos profissionais para lidar com diferentes necessidades.

A presença de atividades adaptadas e atendimento individualizado reforça a necessidade de considerar diferentes formas de participação, respeitando ritmos, limites e modos diversos de interação com o ambiente.

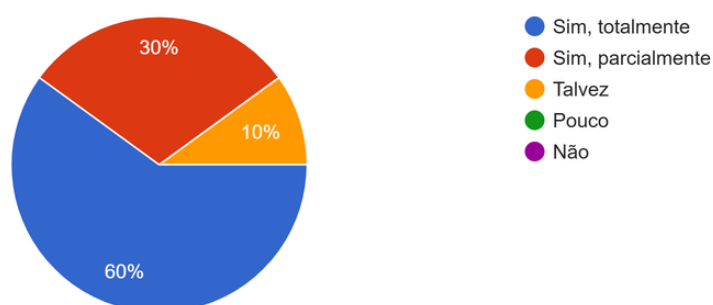
De forma geral, os dados indicam que a inclusão em eventos infantis é compreendida como um processo integrado, que envolve simultaneamente o ambiente físico, a organização das atividades e a preparação das pessoas envolvidas.

Gráfico 20: Contribuição da capacitação de monitores para a participação

(BLOCO B)

5B.5 Você acredita que a capacitação de monitores poderia contribuir para a participação da criança em eventos?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 60% dos participantes acreditam que a capacitação de monitores contribui totalmente para a participação da criança em eventos, enquanto 30% consideram que essa contribuição ocorre de forma parcial e 10% responderam “talvez”. Não houve registros nas opções “pouco” e “não” (0%).

Os resultados evidenciam uma percepção amplamente positiva em relação ao papel dos profissionais na mediação das experiências em eventos infantis. A predominância das respostas “sim, totalmente” e “sim, parcialmente” sugere que a atuação dos monitores é vista como um elemento importante para favorecer a inclusão e minimizar possíveis situações de desconforto ou desorganização comportamental.

Relaciona-se com Sasaki (2003), ao compreender a inclusão como um processo que envolve não apenas adaptações estruturais, mas também mudanças atitudinais e preparo humano. Nesse sentido, a capacitação dos profissionais passa a ser um fator essencial para qualificar a interação com as crianças e possibilitar maior segurança e acolhimento durante os eventos.

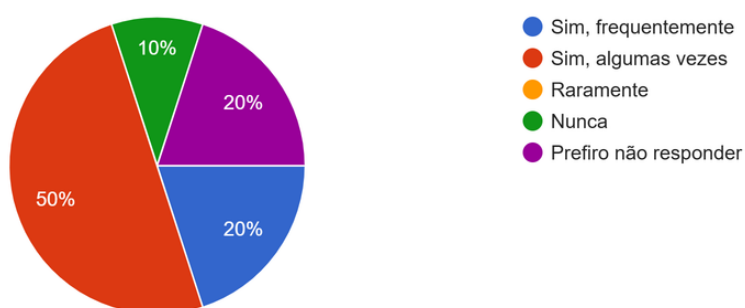
De forma geral, os dados reforçam que a presença de profissionais capacitados é percebida como um dos elementos centrais para a efetivação de práticas mais inclusivas em eventos infantis.

Gráfico 21: Experiências negativas em festas ou eventos sociais

(BLOCO B)

5B.7 A criança já teve alguma experiência negativa em festas ou eventos sociais?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 50% dos participantes relataram que a criança já teve experiências negativas algumas vezes em festas ou eventos sociais, enquanto 20% afirmaram que isso ocorre frequentemente. Por outro lado, 10% indicaram que nunca houve esse tipo de experiência e 20% preferiram não responder. Não foram registradas respostas na opção “raramente” (0%).

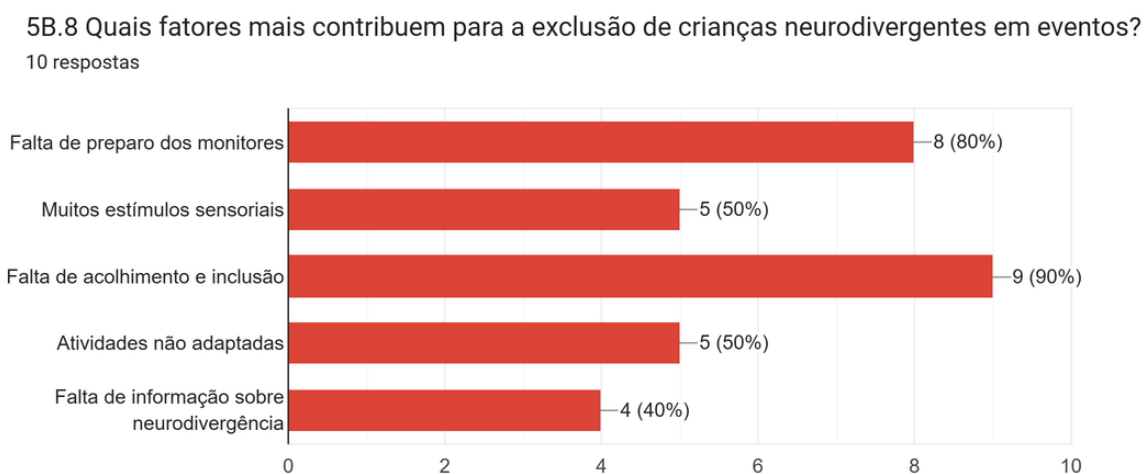
Os resultados evidenciam que a vivência de experiências negativas em eventos sociais é recorrente para a maioria das crianças, ainda que com diferentes frequências. A soma das respostas “frequentemente” e “algumas vezes” sugere que situações de desconforto ou dificuldade de adaptação não são episódios isolados, mas fazem parte da realidade de uma parcela significativa do público investigado.

Esse cenário pode estar relacionado às características dos próprios eventos infantis, que, em geral, envolvem grande circulação de pessoas, ruídos intensos e múltiplos estímulos simultâneos. Conforme a Organização Mundial da Saúde (2023), determinadas condições do neurodesenvolvimento podem envolver maior

sensibilidade a estímulos ambientais, o que pode tornar esse tipo de contexto mais desafiador.

Assim, os dados reforçam a importância de se repensar a organização desses espaços, considerando estratégias que reduzam possíveis fatores de sobrecarga e favoreçam experiências mais seguras e acolhedoras.

Gráfico 22: Os fatores que mais contribuem para a exclusão de crianças em eventos (BLOCO B)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que a exclusão está principalmente associada à falta de acolhimento e inclusão (90%), seguida pela falta de preparo dos monitores (80%). Também são apontados muitos estímulos sensoriais (50%) e atividades não adaptadas (50%), além da falta de informação sobre neurodivergência (40%).

Os resultados mostram que a exclusão é percebida menos como um problema pontual e mais como um conjunto de falhas na organização e na forma como os eventos são conduzidos. O destaque para o acolhimento sugere que a experiência da criança no ambiente depende fortemente da qualidade das interações estabelecidas com os profissionais e com a estrutura do evento.

A presença de fatores como estímulos sensoriais intensos e atividades pouco adaptadas reforça que o ambiente físico e a proposta das brincadeiras também influenciam diretamente a participação, podendo dificultar a permanência e o engajamento.

Nesse contexto, a literatura aponta que a inclusão envolve a eliminação de barreiras que vão além do espaço físico, abrangendo também aspectos relacionais, comunicacionais e organizacionais (Sassaki, 2003). Assim, os dados evidenciam

que a exclusão se forma a partir da combinação entre falhas estruturais, falta de preparo das equipes e ausência de estratégias mais sensíveis às diferentes necessidades das crianças.

Gráfico 23: O Impacto da falta de inclusão na socialização da criança
(BLOCO B)

5B.9 Você acredita que a falta de inclusão pode impactar a socialização da criança?
10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam unanimidade entre os participantes, com 100% das respostas afirmando que a falta de inclusão impacta muito a socialização da criança.

Esse resultado evidencia uma percepção consolidada de que a inclusão não se trata de um elemento secundário, mas de um fator diretamente relacionado às possibilidades de participação social. A ausência de práticas inclusivas é compreendida como uma limitação concreta às interações, ao convívio e à construção de vínculos entre as crianças nos eventos.

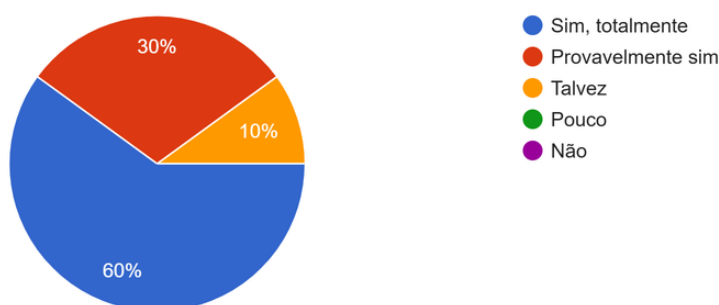
Essa compreensão pode ser relacionada à perspectiva de Kishimoto (2011), ao destacar que o brincar e as experiências em grupo desempenham papel fundamental no desenvolvimento infantil, contribuindo para a socialização, a comunicação e a construção de relações sociais. Dessa forma, quando o ambiente não favorece a participação, essas experiências acabam sendo prejudicadas, limitando oportunidades essenciais do desenvolvimento infantil.

Gráfico 24: Percepção de segurança diante de adaptações inclusivas e monitores capacitados

(BLOCO B)

5B.10 Caso os eventos oferecessem adaptações inclusivas e monitores capacitados, você se sentiria mais seguro(a) em levar a criança?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 60% dos participantes afirmam que se sentiriam totalmente mais seguros em levar a criança a eventos caso houvesse adaptações inclusivas e monitores capacitados, enquanto 30% responderam “provavelmente sim” e 10% “talvez”. Não foram registradas respostas nas opções “pouco” e “não” (0%).

Os resultados evidenciam que a presença de condições estruturais e profissionais adequadamente preparados influencia diretamente a percepção de segurança dos responsáveis. A predominância de respostas positivas sugere que a confiança na participação da criança está fortemente associada à qualidade da organização do evento e à capacidade das equipes em lidar com diferentes necessidades.

Na perspectiva de Carvalho (2008), a inclusão em espaços sociais depende da construção de condições que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o bem-estar dos indivíduos, considerando suas singularidades. Nesse sentido, a presença de adaptações e de profissionais capacitados não atua apenas como suporte técnico, mas como elemento que reduz barreiras percebidas pelas famílias e favorece a participação mais tranquila.

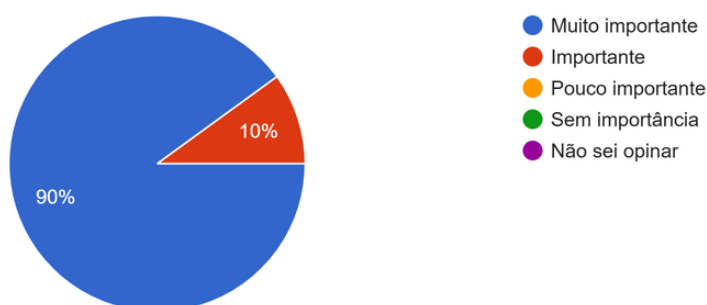
Além disso, observa-se que a segurança relatada pelos responsáveis também está relacionada à previsibilidade do ambiente e à possibilidade de suporte adequado diante de situações de desconforto, o que reforça a importância de uma organização planejada e sensível às necessidades individuais.

Gráfico 25: Importância da capacitação de empresas de eventos infantis sobre inclusão

(BLOCO B)

5B.11 Você considera importante que empresas de eventos infantis recebam capacitação sobre inclusão?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Os dados indicam que 90% dos participantes consideram muito importante que empresas de eventos infantis recebam capacitação sobre inclusão, enquanto 10% apontam como importante. Não houve registros nas opções “pouco importante”, “sem importância” e “não sei opinar” (0%).

Os resultados evidenciam um consenso significativo quanto à necessidade de formação específica das equipes e organizações que atuam no setor de eventos infantis. A predominância das respostas mais positivas indica que a inclusão é compreendida não como uma ação pontual, mas como um processo que exige conhecimento, preparo técnico e atualização constante por parte dos profissionais envolvidos.

Britto e Fontes (2006) destacam que a organização de eventos envolve planejamento, coordenação e controle, o que inclui a responsabilidade de adequar práticas às características do público atendido. Assim, a capacitação em inclusão

passa a ser um elemento essencial para qualificar o planejamento e a execução dos eventos, garantindo maior acessibilidade e qualidade na experiência dos participantes.

5.2 Sugestões de melhorias para a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos infantis (Bloco B).

No questionário aplicado aos participantes que foram direcionados para o Bloco B, a partir da questão 5, foi realizada a seguinte pergunta:

foi realizada uma questão aberta com o objetivo de compreender, a partir das experiências e percepções dos responsáveis, quais mudanças poderiam contribuir para tornar os eventos infantis mais inclusivos para crianças neurodivergentes.

A pergunta apresentada foi:

“Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nos eventos infantis para torná-los mais inclusivos?”

As respostas obtidas na questão aberta mostram, de forma muito clara, que a inclusão em eventos infantis ainda é vivida pelas famílias como um desafio constante e, muitas vezes, desgastante. Em vários relatos, aparece a sensação de que a participação da criança não depende apenas da vontade de estar no evento, mas das condições reais que ele oferece para acolher diferentes formas de sentir, reagir e interagir.

Um dos pontos mais fortes nas falas é a necessidade de pessoas preparadas. No entanto, essa preparação não é entendida apenas como treinamento técnico. Os participantes destacam atitudes como paciência, cuidado, sensibilidade e acolhimento, mostrando que a inclusão acontece, principalmente, na forma como a criança é recebida e tratada no ambiente. Em outras palavras, o comportamento da equipe tem impacto direto na experiência da criança e da família.

Outro aspecto muito presente é a dificuldade relacionada ao ambiente físico e sensorial. O excesso de barulho, luzes intensas e aglomeração aparece como um dos principais motivos de desconforto. Em contrapartida, há uma demanda recorrente por espaços mais tranquilos, que permitam pausas e regulação emocional. Esses espaços são descritos não como um “extra”, mas como algo necessário para que a criança consiga permanecer no evento sem sobrecarga.

Também surgem críticas à forma como as atividades são organizadas. As respostas apontam que muitas brincadeiras ainda seguem um modelo único de participação, pouco flexível, o que dificulta a inclusão de crianças com diferentes ritmos e formas de interação. Por isso, aparecem sugestões de atividades mais adaptáveis, menos competitivas e mais abertas a diferentes níveis de participação.

Outro ponto importante envolve situações do cotidiano do evento, como alimentação, circulação e organização do espaço. Os relatos mostram que pequenos ajustes, como facilitar acessos ou respeitar necessidades individuais

fazem grande diferença na permanência da criança e reduzem situações de estresse para as famílias.

Do ponto de vista teórico, essas percepções reforçam a compreensão de Britto e Fontes (2006), ao destacarem que eventos exigem planejamento estruturado e adequação ao público, o que inclui considerar diferentes necessidades desde a sua concepção. Soma-se a isso a contribuição de Sasaki (2003), ao indicar que a inclusão envolve a remoção de barreiras que não são apenas físicas, mas também atitudinais e comunicacionais, o que se reflete diretamente nas experiências relatadas pelos participantes.

De modo geral, os dados indicam que a inclusão, na perspectiva das famílias, não depende de uma única ação, mas de um conjunto de mudanças que envolvem ambiente, equipe e forma de organização do evento. Mais do que permitir a presença da criança, trata-se de garantir que ela consiga permanecer, participar e viver a experiência de forma segura, respeitosa e significativa.

5.3 Contribuições da entrevista com a psicóloga para a compreensão da inclusão de crianças neurodivergentes em eventos infantis

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma psicóloga especialista em Neuropsicologia com Reabilitação Cognitiva pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP) e especialista em Psicomotricidade. A profissional atua na área da Psicologia desde 2017, com experiência clínica voltada ao acompanhamento de crianças, adolescentes e adultos neurodivergentes, além de ser fundadora da clínica Baobá Neuropsicologia.

A escolha da entrevistada para compor esta pesquisa deve-se não apenas à sua formação e experiência profissional, mas também à sua vivência pessoal relacionada ao tema. Além de atuar diretamente com pessoas neurodivergentes em sua prática clínica, a profissional é autista e mãe de uma criança autista, o que lhe proporciona uma compreensão ampliada sobre os desafios, necessidades e potencialidades vivenciados por essas crianças e suas famílias. Dessa forma, suas contribuições articulam conhecimentos técnicos e científicos com experiências construídas a partir da realidade cotidiana, enriquecendo a análise proposta neste estudo.

Ao apresentar sua atuação, a entrevistada destaca que seu trabalho é fundamentado em uma perspectiva neuroafirmativa, antipacitista e interseccional, considerando não apenas os aspectos cognitivos das neurodivergências, mas também os impactos emocionais, sociais, sensoriais e culturais que permeiam a experiência desses indivíduos. Essa visão amplia a compreensão sobre inclusão, afastando-se de modelos centrados apenas em limitações e enfatizando a necessidade de ambientes que respeitem as singularidades de cada pessoa.

Ao abordar a importância da participação de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, a profissional destaca que esses espaços podem contribuir significativamente para o desenvolvimento emocional, social e comunicacional,

desde que sejam planejados de forma acessível e acolhedora. Segundo ela, o objetivo não deve ser a adaptação da criança a padrões considerados normais, mas a garantia de experiências positivas de convivência e pertencimento. Nesse sentido, a psicóloga afirma que: “o objetivo não deve ser normalizar comportamentos ou forçar socialização, mas possibilitar experiências de pertencimento, convivência, brincadeira e participação social sem violência sensorial ou emocional”.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Kishimoto (2011), que compreende o brincar como elemento fundamental para o desenvolvimento infantil, favorecendo a construção de habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Ao discutir as dificuldades enfrentadas por crianças neurodivergentes em festas e ambientes recreativos, a entrevistada destaca fatores como excesso de estímulos, mudanças de rotina, imprevisibilidade e interação social intensa. Segundo a profissional, essas situações podem provocar ansiedade, irritabilidade, isolamento, dificuldades de comunicação e crises de desregulação emocional. A psicóloga ressalta ainda que: Essas respostas não representam ‘má educação’ ou ‘birra’, mas formas legítimas de expressão diante de situações que podem gerar intenso desconforto físico, emocional ou sensorial”.

Essa compreensão está alinhada às discussões da Organização Mundial da Saúde (2023) e da American Psychiatric Association (2022), que apontam que diferentes condições do neurodesenvolvimento podem envolver sensibilidades sensoriais e formas particulares de interação com o ambiente.

A questão sensorial foi um dos temas mais enfatizados ao longo da entrevista. A profissional explica que sons altos, iluminação intensa, excesso de pessoas e ambientes muito movimentados podem gerar sobrecarga significativa, comprometendo a capacidade de comunicação, atenção e regulação emocional da criança. Conforme afirma que: “Quando isso acontece, o sistema nervoso pode entrar em estado de alerta constante, dificultando organização emocional, comunicação, atenção e regulação corporal”.

Esse relato reforça os resultados obtidos nos questionários, nos quais os participantes apontaram a aglomeração, os sons altos e os estímulos sensoriais como alguns dos principais fatores de desconforto durante eventos infantis.

Outro aspecto relevante abordado na entrevista refere-se à criação de espaços de regulação sensorial. Para a psicóloga, ambientes tranquilos, com iluminação suave, redução de ruídos e acesso a recursos sensoriais podem contribuir significativamente para o bem-estar da criança. No entanto, ela ressalta que esses espaços não devem funcionar como forma de isolamento, afirmando que: “esse espaço não deve funcionar como exclusão da criança do evento, mas como recurso de acessibilidade e autorregulação”.

Essa observação reforça a compreensão de Sasaki (2003), ao defender que a inclusão envolve a eliminação de barreiras e a criação de condições que favoreçam a participação efetiva dos indivíduos em diferentes contextos sociais.

A entrevistada também chama atenção para a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam em eventos infantis. Segundo sua percepção, ainda existe desconhecimento sobre neurodivergências nesses espaços, o que faz com que manifestações de desconforto sejam frequentemente interpretadas de forma

inadequada. A profissional destaca que “muitas vezes, os profissionais interpretam manifestações de sobrecarga como ‘desobediência’, ‘falta de limite’ ou ‘comportamento inadequado’”, evidenciando a importância de formações voltadas para neurodiversidade, acessibilidade sensorial, comunicação não violenta e manejo respeitoso de crises. Essa percepção converge com os resultados dos questionários, nos quais a capacitação de monitores e equipes apareceu entre as adaptações mais valorizadas pelos participantes.

Ao tratar dos impactos da exclusão social, a psicóloga destaca que experiências repetidas de rejeição e falta de acolhimento podem afetar profundamente a autoestima e o desenvolvimento emocional das crianças. Segundo a psicóloga: “Muitas crianças passam a evitar situações sociais por medo de julgamento ou sofrimento”.

Podendo até mesmo desenvolver sentimentos de inadequação, ansiedade e dificuldades de pertencimento. Essa análise encontra em confirmação o que diz Vygotsky (2007), ao enfatizar a importância das interações sociais para o desenvolvimento infantil, bem como nos dados da pesquisa, que apontaram consenso entre os participantes quanto ao impacto da falta de inclusão na socialização da criança.

Por fim, ao definir as características de um evento verdadeiramente inclusivo, a entrevistada reforça que a inclusão vai muito além da presença física da criança no espaço. Em suas palavras: “Um evento verdadeiramente inclusivo é aquele que compreende que inclusão não significa apenas permitir presença física, mas garantir participação com dignidade, segurança e pertencimento”.

Essa concepção dialoga diretamente com os princípios discutidos ao longo deste trabalho, demonstrando que a inclusão em eventos infantis depende da integração entre acessibilidade, acolhimento, planejamento e respeito às singularidades de cada criança.

De modo geral, a entrevista contribui para fortalecer os resultados encontrados na pesquisa, evidenciando que a construção de eventos mais inclusivos exige não apenas adaptações físicas, mas também mudanças atitudinais e organizacionais. As falas da profissional reforçam a necessidade de ambientes preparados para acolher a diversidade humana, promovendo experiências de participação, socialização e desenvolvimento para todas as crianças.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar formas de promover a inclusão de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis, buscando compreender os desafios enfrentados por esse público e as possibilidades de adaptação que favoreçam sua participação. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a inclusão em eventos ainda representa um desafio significativo, especialmente quando as necessidades sensoriais, emocionais e sociais dessas crianças não são consideradas durante o planejamento e a execução das atividades.

A pesquisa evidencia por meio dos questionários que muitas famílias enfrentam dificuldades para participar de festas e eventos infantis. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se o excesso de estímulos sensoriais, como sons altos, iluminação intensa e ambientes muito movimentados, as mudanças de rotina, a falta de preparo dos profissionais e a ausência de espaços adequados para momentos de regulação emocional. Esses fatores demonstram que, embora os eventos tenham como finalidade promover lazer, convivência e diversão, nem sempre oferecem condições para que todas as crianças possam usufruir dessas experiências de forma confortável e segura.

Um aspecto relevante observado foi que a exclusão nem sempre ocorre de maneira explícita. Em muitos casos, ela se manifesta pela ausência de adaptações, pela falta de acolhimento ou pela inexistência de estratégias que considerem as diferentes necessidades dos participantes. Como consequência, diversas famílias acabam limitando sua participação em eventos sociais, seja por receio de situações constrangedoras, seja pela falta de suporte oferecido pelos espaços. Essa realidade evidencia que a inclusão não depende apenas da presença da criança no ambiente, mas das condições efetivas que lhe permitem participar, interagir e se sentir pertencente ao grupo.

As respostas dos responsáveis revelaram ainda uma percepção bastante consistente sobre os elementos considerados fundamentais para a construção de eventos mais inclusivos. A presença de profissionais capacitados, a criação de espaços de regulação sensorial, a adaptação das atividades recreativas, a flexibilização das dinâmicas e a redução de estímulos excessivos apareceram de forma recorrente ao longo da pesquisa. Esses resultados demonstram que as famílias conhecem suas necessidades e identificam caminhos concretos para tornar os eventos mais acessíveis, reforçando a importância de ouvi-las durante a elaboração de estratégias inclusivas.

A entrevista realizada com a psicóloga trouxe contribuições importantes para a compreensão dos dados encontrados. Sua experiência profissional no acompanhamento de pessoas neurodivergentes, aliada à sua vivência pessoal como mulher autista e mãe de uma criança autista, permitiu ampliar a reflexão sobre os desafios enfrentados por essas famílias. Sua fala evidenciou que muitas situações

interpretadas socialmente como comportamentos inadequados são, na realidade, respostas a ambientes que não consideram as necessidades sensoriais e emocionais da criança. A entrevista também reforçou que a inclusão acontece quando a criança pode participar sem precisar ocultar suas características ou adaptar-se constantemente a um ambiente que não foi pensado para ela.

Outro aspecto que merece destaque é a relação entre inclusão e desenvolvimento infantil. Os resultados demonstraram que a participação em eventos sociais pode contribuir para o fortalecimento da autoestima, para a ampliação das interações sociais e para o desenvolvimento da autonomia. Entretanto, para que esses benefícios sejam alcançados, é necessário que os ambientes sejam acolhedores e respeitem os diferentes modos de comunicação, interação e participação. Quando a criança encontra espaços seguros e preparados para recebê-la, as experiências de lazer deixam de ser fontes de estresse e passam a representar oportunidades significativas de convivência, aprendizagem e pertencimento.

Os objetivos propostos para este estudo foram alcançados, uma vez que foi possível compreender as principais características relacionadas às neurodivergências abordadas, identificar barreiras presentes nos eventos infantis, analisar a percepção dos responsáveis e apontar práticas que favorecem a inclusão. Além disso, a pesquisa permitiu evidenciar a relevância do tema para a área de Eventos, demonstrando que a acessibilidade deve ser compreendida de forma ampla, contemplando não apenas aspectos físicos, mas também sensoriais, emocionais, comunicacionais e sociais.

Além das contribuições acadêmicas, este estudo também apresenta uma aplicação prática voltada ao setor de eventos. Os resultados evidenciaram a necessidade de maior preparo dos profissionais que atuam diretamente com o público infantil, especialmente monitores, recreadores e equipes responsáveis pelo atendimento em eventos e atividades recreativas. Diante disso, este trabalho serve como base para o desenvolvimento, em um futuro próximo, de um curso de capacitação voltado à inclusão e ao atendimento de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis.

A proposta inicial é que essa capacitação seja implementada na empresa *Brincamel Locações e Brinquedos*, com o objetivo de qualificar os profissionais envolvidos nas atividades recreativas, promovendo uma atuação mais preparada, acolhedora e sensível às diferentes necessidades das crianças. Espera-se que essa formação contribua para a melhoria da experiência do público infantil, tornando os eventos mais acessíveis, seguros e inclusivos.

Por fim, compreende-se que a construção de eventos verdadeiramente inclusivos não depende apenas de adaptações estruturais, mas também do investimento na formação e preparação das equipes envolvidas. Nesse sentido, este estudo não se limita à análise teórica do tema, mas se apresenta como um ponto de partida para a

implementação de ações práticas que possam gerar impactos positivos na experiência de crianças neurodivergentes e de suas famílias, promovendo um setor de eventos mais acessível, humano e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, R.; BARBOSA, L.; GOMES, M. *Neurodiversidade e inclusão: conceitos e práticas*. 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5*. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR*. 5. ed., text rev. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARKLEY, Russell A. Behavioral inhibition, sustained attention, and executive functions: constructing a unifying theory of ADHD. *Psychological Bulletin*, Washington, v. 121, n. 1, p. 65–94, 1997.

BARON-COHEN, Simon. *Autism and the empathizing-systemizing (E-S) theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BOSA, Cleonice Alves. *Autismo: intervenções psicoeducacionais*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais de acessibilidade.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. CIPTEA – Carteira de Identificação da Pessoa com TEA.

BRASIL. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Institui o uso do Cordão de Fita com Desenhos de Girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 jul. 2023.

BRITTO, Janaína; FONTES, Nena. *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2006.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

FARIA, Maria Elisa Vaz de; BORBA, Marcia Guaraciara de Souza. Autismo: sinais, níveis de suporte e diagnóstico — uma revisão sistemática de estudos recentes. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 6, p. 4100–4112, 2024.

FRONTIERS IN SPORTS AND ACTIVE LIVING. Inclusive community playgrounds benefit typically developing children: an objective analysis of physical activity. 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Diego Macedo; SILVA, Neuciane Gomes da; ESTEVAM, Ionara Dantas. Síndrome de Tourette e terapia cognitivo-comportamental: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 15, n. 1, p. 51–58, 2019.

GORLA, José Irineu; SOUZA, Nayara Christine; BURATTI, Jéssica Reis. *Transtornos do neurodesenvolvimento: conceitos, neurotopografia e aspectos psicomotores*. Ponta Grossa: AYA Editora, 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KLIN, Ami. Autism and Asperger syndrome: an overview. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2006.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 2007.
- MATIAS, Marlene. *Organização de eventos: procedimentos e técnicas*. 6. ed. Barueri: Manole, 2010.
- MELLO, Ana Maria S. Ros de. *Autismo: guia prático*. 5. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 521–539, 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Transtorno do espectro do autismo*. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- SCHWARTZMAN, José Salomão. *Síndrome de Down*. São Paulo: Memnon, 1999.
- SMITH, Deborah D. *Introduction to special education*. Boston: Pearson, 2018.
- SOUZA, Fabricia da Silva; OLIVEIRA, Sayonara Miranda. Síndrome de Down: uma revisão de literatura. *Revista ComCiência*, v. 7, n. 9, p. 273–278, 2023.
- VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. *Autism spectrum disorders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- WING, Lorna. *The autistic spectrum: a guide for parents and professionals*. London: Constable, 1996.
- ZITTA, Márcia. *Organização de eventos: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO – INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES EM EVENTOS SOCIAIS E INFANTIS

Objetivo da pesquisa

Esta pesquisa acadêmica de Trabalho de Conclusão de Curso da Fatec Barueri - Padre Danilo José de Oliveira Ohi, do Curso de Gestão de Eventos, das alunas Clara Gense e Melissa Santana, busca compreender as experiências, dificuldades e necessidades de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis. O termo “neurodivergente” refere-se a pessoas que apresentam diferenças no funcionamento neurológico e no desenvolvimento, como no caso do autismo, TDAH e síndrome de Down. A pesquisa tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas e para a capacitação de monitores no atendimento desse público.

PERGUNTAS INICIAIS (PARA TODOS OS PARTICIPANTES)

1. Você possui convivência familiar direta com uma criança neurodivergente?

a) Sim

b) Não

Caso a resposta seja “Não”, agradecemos sua participação.

2. Qual é o seu vínculo familiar com a criança?

a) Mãe

b) Pai

c) Responsável legal

d) Familiar próximo

e) Outro

3. Qual a faixa etária da criança?

a) 1 a 3 anos

b) 4 a 6 anos

c) 7 a 9 anos

d) 10 a 12 anos

e) Prefiro não responder

4. Qual neurodivergência a criança possui?

a) Transtorno do Espectro Autista (TEA)

b) Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

c) Síndrome de Down

- d) Outra neurodivergência
- e) Prefiro não responder

5. A criança costuma participar de festas de aniversário, eventos infantis ou encontros sociais?

- a) Sim
- b) Não

Se respondeu “Sim”, seguir para BLOCO A.

Se respondeu “Não”, seguir para BLOCO B.

BLOCO A – PARA QUEM RESPONDEU “SIM”

5A.1 Com que frequência a criança participa desses eventos?

- a) Frequentemente
- b) Às vezes
- c) Raramente
- d) Apenas em ocasiões específicas
- e) Prefiro não responder

5A.2 Como geralmente é a experiência da criança nesses eventos?

- a) Muito positiva
- b) Positiva com algumas dificuldades
- c) Difícil em alguns momentos
- d) Muito estressante
- e) Depende do ambiente

5A.3 A criança costuma permanecer até o final dos eventos?

- a) Sim, quase sempre
- b) Às vezes
- c) Raramente
- d) Não costuma permanecer
- e) Depende do ambiente

5A.4 Quais comportamentos a criança costuma apresentar durante os eventos?

- a) Interage e participa normalmente
- b) Demonstra ansiedade ou insegurança
- c) Prefere permanecer isolada

- d) Fica agitada ou irritada
- e) Depende do ambiente

5A.5 Quais estímulos do ambiente costumam causar maior desconforto na criança?

- a) Sons altos
- b) Luzes ou iluminação intensa
- c) Muitas pessoas/agitação
- d) Mudanças de rotina
- e) Não costuma apresentar desconforto

5A.6 Como você costuma auxiliar a criança nesses eventos?

- a) Permaneço ao lado dela
- b) Procuro locais mais calmos
- c) Utilizo objetos ou estratégias de conforto
- d) Evito ambientes muito estimulantes
- e) Conto com apoio de outras pessoas

5A.7 A criança demonstra interesse em brincar ou interagir com outras crianças?

- a) Sim, facilmente
- b) Sim, com alguma dificuldade
- c) Apenas quando incentivada
- d) Raramente
- e) Prefere brincar sozinha

5A.8 Na sua percepção, os espaços de festas e eventos estão preparados para receber crianças neurodivergentes?

- a) Sim, totalmente
- b) Parcialmente
- c) Pouco preparados
- d) Não estão preparados
- e) Não sei opinar

5A.9 Você acredita que os monitores e recreadores possuem preparo adequado para lidar com crianças neurodivergentes?

- a) Sim
- b) Parcialmente
- c) Pouco preparo

- d) Não possuem preparo
- e) Não sei opinar

5A.10 Qual adaptação você considera mais importante para inclusão da criança nesses ambientes?

- a) Espaço calmo/sensorial
- b) Monitores capacitados
- c) Redução de sons e estímulos
- d) Atendimento individualizado
- e) Brinquedos e atividades adaptadas

5A.11 Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nos eventos infantis para torná-los mais inclusivos?

BLOCO B – PARA QUEM RESPONDEU “NÃO”

5B.1 Quais fatores mais dificultam a participação da criança em eventos?

- a) Sons altos e estímulos sensoriais
- b) Mudanças de rotina
- c) Falta de preparo dos espaços e equipes
- d) Crises ou desconfortos emocionais
- e) Experiências negativas anteriores

5B.2 Mudanças na rotina ou ambientes desconhecidos dificultam a participação da criança?

- a) Sim, muito
- b) Sim, moderadamente
- c) Pouco
- d) Não dificultam
- e) Não sei opinar

5B.3 Na sua percepção, os espaços de festas e eventos estão preparados para receber crianças neurodivergentes?

- a) Sim, totalmente
- b) Parcialmente
- c) Pouco preparados
- d) Não estão preparados
- e) Não sei opinar

5B.4 Qual adaptação você considera mais importante para facilitar a participação da criança nesses ambientes?

- a) Espaço calmo/sensorial
- b) Monitores capacitados
- c) Redução de sons e estímulos
- d) Atendimento individualizado
- e) Atividades adaptadas

5B.5 Você acredita que a capacitação de monitores poderia contribuir para a participação da criança em eventos?

- a) Sim, totalmente
- b) Sim, parcialmente
- c) Talvez
- d) Pouco
- e) Não

5B.6 Na sua opinião, o que poderia ser melhorado nos eventos infantis para torná-los mais inclusivos?

5B.7 A criança já teve alguma experiência negativa em festas ou eventos sociais?

- a) Sim, frequentemente
- b) Sim, algumas vezes
- c) Raramente
- d) Nunca
- e) Prefiro não responder

5B.8 Quais fatores mais contribuem para a exclusão de crianças neurodivergentes em eventos?

- a) Falta de preparo dos monitores
- b) Muitos estímulos sensoriais
- c) Falta de acolhimento e inclusão
- d) Atividades não adaptadas
- e) Falta de informação sobre neurodivergência

5B.9 Você acredita que a falta de inclusão pode impactar a socialização da criança?

- a) Sim, muito
- b) Sim, parcialmente
- c) Pouco
- d) Não
- e) Não sei opinar

5B.10 Caso os eventos oferecessem adaptações inclusivas e monitores capacitados, você se sentiria mais seguro(a) em levar a criança?

- a) Sim, totalmente
- b) Provavelmente sim
- c) Talvez
- d) Pouco
- e) Não

5B.11 Você considera importante que empresas de eventos infantis recebam capacitação sobre inclusão?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância
- e) Não sei opinar

APÊNDICE 2 - ENTREVISTA COM A PROFISSIONAL DA ÁREA

Tema: Inclusão de Crianças Neurodivergentes em Eventos Sociais e Infantis

Apresentação:

Psicóloga: Marcela Santos

A entrevista foi realizada com uma profissional da área da Psicologia que atua desde 2017, possuindo experiência clínica no acompanhamento de crianças, adolescentes

e adultos neurodivergentes. A entrevistada é especialista em Neuropsicologia com Reabilitação Cognitiva pela Divisão de Psicologia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP), além de especialista em Psicomotricidade e fundadora da Baobá Neuropsicologia.

Sua atuação clínica é orientada por uma perspectiva neuroafirmativa, anticapacitista e interseccional, considerando não apenas aspectos cognitivos, mas também dimensões emocionais, sociais, sensoriais e culturais da experiência neurodivergente. Além disso, a profissional relata vivência pessoal com o tema, por ser diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e por ser mãe de uma criança também autista, o que amplia sua compreensão tanto teórica quanto prática sobre a temática investigada.

A seguir, apresentam-se as questões e respostas obtidas na entrevista:

1. Há quanto tempo você atua na área e possui alguma especialização ou capacitação relacionada ao atendimento de crianças neurodivergentes?

“Atuo na área da Psicologia desde 2017, com experiência clínica voltada ao acompanhamento de crianças, adolescentes e adultos neurodivergentes. Sou especialista em Neuropsicologia com Reabilitação Cognitiva pela Divisão de Psicologia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP) e especialista em Psicomotricidade e fundadora da Baobá Neuropsicologia. Minha atuação clínica é atravessada por uma perspectiva neuroafirmativa, anticapacitista e interseccional, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os impactos emocionais, sociais, sensoriais e culturais na experiência neurodivergente.”

2. Na sua percepção profissional, qual a importância da participação de crianças neurodivergentes em eventos sociais e infantis para o desenvolvimento emocional, social e comportamental?

“A participação em eventos sociais e infantis pode ter grande importância para o desenvolvimento emocional, social e comunicacional de crianças neurodivergentes, desde que esses espaços sejam verdadeiramente acessíveis, acolhedores e respeitem suas necessidades sensoriais e subjetivas. O objetivo não deve ser ‘normalizar’ comportamentos ou forçar socialização, mas possibilitar experiências de pertencimento, convivência, brincadeira e participação social sem violência sensorial

ou emocional. Quando a criança encontra ambientes seguros, ela pode ampliar repertórios sociais, fortalecer autoestima, desenvolver autonomia e experimentar relações menos marcadas por exclusão e julgamento.”

3. Quais dificuldades emocionais, comportamentais ou sociais crianças neurodivergentes podem apresentar durante festas, eventos infantis ou ambientes recreativos?

“Algumas crianças podem apresentar maior dificuldade em lidar com excesso de estímulos, imprevisibilidade, mudanças de rotina, contato social intenso e ambientes muito agitados. Isso pode se manifestar por meio de ansiedade, irritabilidade, necessidade de isolamento, dificuldade de comunicação, choro, agitação motora, crises de desregulação emocional, hiperfoco em determinados objetos ou dificuldade de participação em atividades coletivas. É importante compreender que essas respostas não representam ‘má educação’ ou ‘birra’, mas formas legítimas de expressão diante de situações que podem gerar intenso desconforto físico, emocional ou sensorial.”

4. Como estímulos sensoriais intensos podem impactar crianças neurodivergentes durante eventos?

“Muitas crianças neurodivergentes apresentam hipersensibilidade sensorial. Sons altos, luzes intensas, excesso de movimento, cheiros fortes ou ambientes muito cheios podem gerar sobrecarga sensorial significativa. Quando isso acontece, o sistema nervoso pode entrar em estado de alerta constante, dificultando organização emocional, comunicação, atenção e regulação corporal. Algumas crianças podem apresentar fadiga, irritabilidade, crises de choro, necessidade de fuga do ambiente, bloqueios comunicacionais ou comportamentos repetitivos como tentativa de autorregulação. Por isso, ambientes sensorialmente acessíveis são fundamentais para garantir participação social com segurança e dignidade.”

5. Quais sinais podem indicar sobrecarga sensorial ou desregulação emocional?

“Os sinais podem variar bastante, mas alguns indicadores frequentes incluem: tampar os ouvidos; evitar contato visual; aumento de agitação motora; movimentos repetitivos mais intensos; choro; irritabilidade; necessidade de se esconder ou se isolar; recusa em participar das atividades; alterações bruscas de humor; dificuldade de comunicação; rigidez comportamental; sinais físicos de tensão corporal. Em

alguns casos, a criança pode aparentar estar ‘desligada’, congelada ou excessivamente quieta, o que também pode indicar sobrecarga.”

6. Elementos importantes em um espaço de regulação sensorial

“Um espaço de regulação sensorial deve ser tranquilo, previsível e acolhedor. Alguns elementos importantes são: iluminação suave; redução de ruídos; menor circulação de pessoas; almofadas, tapetes ou puffs; brinquedos sensoriais; abafadores de ruído; possibilidade de pausa e descanso; acesso livre, sem punição ou julgamento. Esse espaço não deve funcionar como exclusão da criança do evento, mas como recurso de acessibilidade e autorregulação.”

7. Adaptações fundamentais para inclusão em eventos infantis

“Algumas adaptações importantes incluem: redução de estímulos sonoros excessivos; previsibilidade da programação; comunicação clara e acessível; respeito ao tempo da criança; possibilidade de pausas; espaços de regulação sensorial; profissionais preparados para acolher diferenças; flexibilização da participação nas atividades; respeito aos limites corporais e emocionais da criança. A inclusão verdadeira acontece quando a criança não precisa mascarar quem é para conseguir participar.”

8. Preparação dos profissionais de eventos infantis

“Ainda existe muito despreparo e desconhecimento sobre neurodivergências em espaços recreativos e eventos infantis. Muitas vezes, os profissionais interpretam manifestações de sobrecarga como ‘desobediência’, ‘falta de limite’ ou ‘comportamento inadequado’. É fundamental que esses profissionais tenham formação sobre neurodiversidade, acessibilidade sensorial, regulação emocional, comunicação não violenta, manejo respeitoso de crises, inclusão e antipacitismo. Mais do que técnicas, é necessário desenvolver sensibilidade para compreender diferentes formas de existir, brincar e se comunicar.”

9. Impactos da exclusão no desenvolvimento emocional

“Sim. Experiências repetidas de exclusão, constrangimento, rejeição ou punição podem impactar profundamente a autoestima e o desenvolvimento emocional da criança neurodivergente. Muitas crianças passam a evitar situações sociais por medo de julgamento ou sofrimento. Algumas desenvolvem sentimentos de inadequação, vergonha, ansiedade social e dificuldade de pertencimento. Quando

uma criança percebe que precisa esconder suas características para ser aceita, isso pode gerar sofrimento psíquico importante e comprometer sua relação consigo mesma e com os outros.”

10. Contribuições das interações sociais e brincadeiras

“Quando ocorrem em ambientes seguros e acessíveis, as interações sociais e brincadeiras podem favorecer desenvolvimento emocional, ampliação de repertórios comunicacionais, autonomia, criatividade e fortalecimento do vínculo social. A brincadeira é uma importante linguagem da infância. Por meio dela, a criança experimenta o mundo, constrói relações, expressa emoções e desenvolve formas próprias de comunicação e participação social. Entretanto, é importante que essas experiências respeitem os limites sensoriais e emocionais da criança, sem imposição de modelos rígidos de comportamento.”

11. Características de um evento verdadeiramente inclusivo

“Um evento verdadeiramente inclusivo é aquele que compreende que inclusão não significa apenas permitir presença física, mas garantir participação com dignidade, segurança e pertencimento. Isso envolve acessibilidade sensorial, acolhimento das diferenças, flexibilidade, respeito às necessidades individuais, ausência de julgamentos, espaços de regulação, comunicação acessível, profissionais capacitados e compreensão de que existem diferentes formas de brincar, interagir e participar. A inclusão acontece quando a criança pode existir no espaço sem precisar deixar de ser quem ela é.”